



## CORPO DELIBERATIVO

Presidente \_\_\_\_\_ Conselheiro Jerson Domingos  
 Vice-Presidente e Ouvidor \_\_\_\_\_ Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt  
 Corregedor-Geral \_\_\_\_\_ Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo  
 Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo \_\_\_\_\_ Conselheiro Marcio Campos Monteiro  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid

## 1ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Ronaldo Chadid  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Osmar Domingues Jeronymo  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Flávio Esgaib Kayatt

## 2ª CÂMARA

Conselheiro \_\_\_\_\_ Iran Coelho das Neves  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Waldir Neves Barbosa  
 Conselheiro \_\_\_\_\_ Marcio Campos Monteiro

## AUDITORIA

Coordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira  
 Subcoordenador da Auditoria \_\_\_\_\_ Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel  
 Conselheira Substituta \_\_\_\_\_ Patrícia Sarmiento dos Santos

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas \_\_\_\_\_ João Antônio de Oliveira Martins Júnior

## SUMÁRIO

ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	2
ATOS PROCESSUAIS .....	26
DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS .....	39
ATOS DO PRESIDENTE .....	62

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS..... [Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012](#)  
 Regimento Interno..... [Resolução nº 98/2018](#)



## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

## Tribunal Pleno Virtual

## Parecer Prévio

PARECER do egrégio TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, proferidos na 10ª Sessão Ordinária VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023.

PARECER PRÉVIO - PA00 - 105/2023

PROCESSO TC/MS: TC/2577/2018

PROTOCOLO: 1890600

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO

ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

JURISDICIONADO: JEFERSON LUIZ TOMAZONI

RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – INCONSISTÊNCIAS NA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E REMANEJAMENTOS – TRANSPOSIÇÕES DE FORMA IRREGULAR – ESCRITURAÇÃO IRREGULAR NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – DIVERGÊNCIA NO RESULTADO DO EXERCÍCIO E EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADO NO ANEXO 14 – CONSOLIDADO – BALANÇO PATRIMONIAL E OS VALORES APURADOS NO ANEXO 15 – DIVERGENCIA DE VALORES DO ANEXO 13 A TÍTULO DE REPASSE À CÂMARA E DO BALANÇO FINANCEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL A TÍTULO DE DUODÉCIMO RECEBIDO – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DEPOSITADAS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO OFICIAIS – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO – REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTAÇÃO DE INSTRUÇÃO OBRIGATÓRIA – CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – VALOR DIMINUTO DO CANCELAMENTO – CLASSIFICAÇÃO ADEQUADA DAS FONTES NO BALANÇO FINANCEIRO – AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS NAS DCASP CONSOLIDADAS – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, com fundamento no art. 21, I, da Lei Complementar nº 160/2012 LO-TCE/MS, c/c arts. 117, 118, parágrafo único, e 119, III, do Regimento Interno - TCE/MS, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, *caput* e VIII, da LO-TCE/MS, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, além da expedição das recomendações cabíveis.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela emissão de **parecer prévio contrário à aprovação** da Prestação de contas de governo do **Município de São Gabriel do Oeste - MS**, referente ao exercício financeiro de **2017**, sob a responsabilidade do Sr. **Jeferson Luiz Tomazoni**, Prefeito Municipal - à época, com fulcro no que dispõem o art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c arts. 117, 118, § único, e 119, inciso III, do Regimento Interno - TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, *caput* e inciso VIII da LO-TCE/MS, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **comunicação** à Câmara Municipal sobre a emissão de **parecer prévio contrário à aprovação** das contas anuais do Município de São Gabriel do Oeste/MS, referente ao exercício financeiro de 2017, para os fins estabelecidos no art. 33, § 2º e § 6º da Lei Complementar nº 160/2012; A fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, b, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, especificamente: **a)** pela **recomendação** ao atual gestor para que observe com maior rigor as normas aplicáveis à remessa de dados, documentos e informações ao TCE/MS, especialmente quanto aos documentos de ordem técnica; **b)** pela **recomendação** ao atual gestor para que observe com maior rigor os normativos acerca dos restos a pagar processados, em especial, quanto a estabelecer processo administrativo que apure o irregular cumprimento das obrigações pelo contratado ou situações incompatíveis com o pagamento, informando em Notas Explicativas os motivos ensejadores da exclusão da dívida, a base legal e respectivas justificativas, garantindo o mínimo de transparência dos dados públicos; **c)** pela **recomendação** à atual gestão para que o Balanço Financeiro seja preenchido corretamente informando as fontes de recursos, de modo a evitar possíveis inconsistências; e **d)** pela **recomendação** à atual gestão para que elabore e publique conjuntamente com as DCASP a que se referirem as notas explicativas, que devem ser elaboradas de forma tempestiva e conter as informações definidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade e no MCASP.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)



PARECER PRÉVIO - PA00 - 108/2023

PROCESSO TC/MS: TC/2814/2019  
PROTOCOLO: 1964972  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO  
ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
JURISDICIONADO: JEFERSON LUIZ TOMAZONI  
RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – INCONSISTÊNCIA NAS VERSÕES PUBLICADAS E EM XML DAS DCASP – INCONSISTÊNCIA NOS SALDOS DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA – AUSÊNCIA DE BASE DOCUMENTAL PARA ESCRITURAÇÃO – NÃO COMPROVAÇÃO DO RITO DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS TERMOS DA LEI DE FINANÇAS – DESCUMPRIMENTO DO TETO DE GASTO COM PESSOAL – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DEPOSITADAS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO OFICIAIS – PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO À APROVAÇÃO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE REMESSA OBRIGATÓRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA – RECOMENDAÇÃO.**

Emite-se o parecer prévio contrário à aprovação das contas de governo, com fundamento no art. 21, I, da Lei Complementar nº 160/2012 LO-TCE/MS, c/c arts. 117, 118, parágrafo único, e 119, III, do Regimento Interno - TCE/MS, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, *caput*, VI e VIII, da LO-TCE/MS, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, além da expedição das recomendações cabíveis a fim de não incorrer nas mesmas impropriedades.

**PARECER PRÉVIO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, DELIBERAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela emissão de **parecer prévio contrário à aprovação** da Prestação de Contas Anuais de Governo do **Município de São Gabriel do Oeste/MS**, referente ao exercício financeiro de **2018**, sob a responsabilidade do Sr. **Jeferson Luiz Tomazoni** – Prefeito à época, com fulcro no que dispõem o art. 21, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c arts. 117, 118, § único, e 119, inciso III, do Regimento Interno - TCE/MS, pelas razões expostas no relatório-voto, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, *caput*, incisos VI e VIII da LO-TCE/MS, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **comunicação** à Câmara Municipal sobre a emissão de **parecer prévio contrário à aprovação** das Contas Anuais do Município de São Gabriel do Oeste/MS, referente ao exercício financeiro de 2018, para os fins estabelecidos no art. 33, § 2º e § 6º da Lei Complementar nº 160/2012; A fim de não incorrer nas mesmas impropriedades, nos termos do art. 185, IV, b, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, especificamente: **a)** pela **recomendação** à atual gestão da Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste - MS para que observe com maior rigor o Manual de Remessas Obrigatórias editado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, inclusive, nos aspectos formais dos documentos encaminhados; e **b)** Pela **recomendação** ao atual gestor para que observe com maior rigor a observância dos limites da despesa com pessoal e à adoção das medidas cabíveis para controle das despesas conforme previsão disposta na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101/2000.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**  
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

**Acórdão**

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **10ª Sessão Ordinária VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO**, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023.

ACÓRDÃO - AC00 - 1127/2023

PROCESSO TC/MS: TC/9369/2016  
PROTOCOLO: 1680468  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SELVIRIA



JURISDICIONADO: JAIME SOARES FERREIRA  
RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DE REMESSA OBRIGATÓRIA – RELATÓRIO DE GESTÃO – RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR (NÃO ENVIO DOS RP PAGOS) – RESUMO DA FOLHA DE PAGAMENTO – SUBANEXO XLV E LI – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – AUTORIZAÇÃO DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR – JUSTIFICATIVA PARA CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – PARECER DO CONTROLE INTERNO – ATO DE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DESIGNADA PARA REALIZAR O LEVANTAMENTO DE BENS – INCONSISTÊNCIAS NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL – REABERTURA DAS DCASP DE EXERCÍCIOS JÁ FINDOS ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – DIVERGÊNCIA DE VALOR NOS DADOS RELATIVOS ÀS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB APURADO NO CONFRONTO DOS DADOS DO TESOUREIRO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTAS IRREGULARES – REMESSA INTEMPESTIVA DE DADOS AO SICOM – AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS – RECOMENDAÇÃO – MULTA.**

1. É declarada a irregularidade da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, III da Lei Complementar nº 160/2012 LO-TCE/MS, tendo em vista a infração praticada nos termos do art. 42, II e VIII, da LO-TCE/MS, em razão da ausência de documentos de remessa obrigatória e das inconsistências contábeis e reabertura das DCASP de exercícios já findos, prática vedada contabilmente, ensejando a aplicação de multas ao responsável, além da expedição das recomendações cabíveis.
2. As Notas Explicativas são indispensáveis ao princípio da transparência e da publicidade e um dever das gestões. Todavia, aplica-se recomendação nestes autos, relativa à ausência de Notas Explicativas, considerando o exercício analisado
3. A remessa intempestiva de dados ao SICOM, que deve ser apurada em instrumento específico denominado Apuração de Infração Administrativa, atrai a recomendação.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **irregularidade** da prestação de contas anual do **Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Selvíria/MS**, referente ao exercício financeiro de 2015, de responsabilidade do Sr. **Jaime Soares Ferreira**, prefeito e ordenador de despesa à época, com fundamento no art. 59, III, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, incisos II e VIII, ambos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; **pela aplicação da multa no valor de 15 (quinze) UFERMS**, ao Sr. **Jaime Soares Ferreira**, prefeito municipal e gestor à época, com fundamento no art. 45, c/c o art. 61 em razão de infração prevista no art. 42, inciso II, todos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012 em razão da ausência de documentos de remessa obrigatória, nos termos da Instrução Normativa TCE/MS nº 35/2011, vigente à época, **pela aplicação da multa no valor de 20 (vinte) UFERMS**, ao Sr. **Jaime Soares Ferreira**, prefeito municipal e gestor à época, com fundamento no art. 45, c/c o art. 61 em razão de infração prevista no art. 42, inciso VIII, todos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012 em razão das inconsistências contábeis e reabertura das DCASP de exercícios já findos, prática vedada contabilmente; **pela recomendação** à atual gestão do fundo quanto à obrigatoriedade de elaborar e publicar **CONJUNTAMENTE** as notas explicativas às DCASP, devendo as mesmas serem elaboradas e publicadas (inclusive no Portal da Transparência) de forma tempestiva e **pela recomendação** à atual gestão do fundo quanto à necessidade de observar com maior rigor os prazos de remessa de documentos ao Tribunal de Contas.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

[ACÓRDÃO - AC00 - 1128/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/4791/2022

PROTOCOLO: 2165235

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE IGUAATEMI

JURISDICIONADA: GIOVANA BUFFON ARCE

RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS – EQUILÍBRIO NA GESTÃO DAS CONTAS – APLICAÇÃO DOS RECURSO – LIMITES OBEDECIDOS – CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO – IMPROPRIEDADES QUE INSUFICIENTES PARA OCASIONAR REPROVAÇÃO – INTEMPESTIVIDADE NO ENCAMINHAMENTO DE BALANCETES MENSIS AO SICOM – INSTRUMENTO ESPECÍFICO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA – LEIS DA CRIAÇÃO DO FUNDEB E DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DESATUALIZADAS – NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO CONFORME EMENDA**



**CONSTITUCIONAL 108/2020 E LEI Nº 14.113/2020 – APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS EM CONJUNTO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTAS REGULARES COM RESSALVAS – RECOMENDAÇÕES.**

É declarada a regularidade com ressalvas da prestação de contas anuais de gestão, dando quitação ao responsável, com fundamento no art. 59, inc. II, c/c o art. 60, ambos da LCE nº 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período, com a expedição das recomendações cabíveis.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **regularidade com ressalvas** da prestação de contas anual do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Iguatemi - MS**, referente ao exercício financeiro de **2021**, de responsabilidade da Sra. **Giovana Buffon Arce**, Secretária Municipal à época, dando-lhe a devida quitação, com fundamento no art. 59, inc. II, c/c o art. 60, ambos da LCE nº 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela **recomendação** ao gestor atual do FUNDEB de Iguatemi – MS para que observe com maior rigor os prazos estabelecidos por este Tribunal, principalmente, quanto a remessa de documentos, dados e informações, em especial quanto à remessa de dados ao SICOM; pela **recomendação** ao atual gestor para que sejam realizadas as atualizações necessárias na legislação municipal que trata do FUNDEB, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 108, de 26/08/2020 e nos termos da Lei nº 14.113/2020 e alterações; e pela **recomendação** ao atual gestor para publique e disponibilize no portal da transparência as notas explicativas conjuntamente aos demonstrativos contábeis.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

**ACÓRDÃO - AC00 - 1135/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/06690/2017

PROTOCOLO: 1804427

TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

ÓRGÃO: FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO PARDO

JURISDICIONADO: CACILDO DAGNO PEREIRA

ADVOGADO: FERNANDO AMARILHA VARGAS DA ROSA – OAB/MS Nº 19.098

RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – REABERTURA DE DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DE EXERCÍCIO FINALIZADO – ALTERAÇÃO DOS RESULTADOS PATRIMONIAIS – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – CONTAS IRREGULARES – MULTA – AUSÊNCIA DE ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP – RECOMENDAÇÃO.**

1. É declarada a irregularidade da prestação de contas anuais de gestão, com fundamento no art. 59, III, da LCE n. 160/2012, tendo em vista as infrações praticadas, de escrituração de modo irregular, nos termos do art. 42, VIII, da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; bem como aplicada a multa ao responsável, em razão da reabertura dos demonstrativos contábeis de exercícios já findos, prática vedada contabilmente.
2. Expede-se a recomendação à atual gestão do fundo quanto à obrigatoriedade de elaborar e publicar as notas explicativas às DCASP, (inclusive no Portal da Transparência), de forma tempestiva.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **irregularidade** da prestação de contas anuais de gestão do **Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Santa Rita do Pardo/MS**, referente ao exercício financeiro de **2016**, de responsabilidade do Sr. **Cacildo Dagno Pereira**, ordenador de despesa à época, com fundamento no art. 59, III, tendo em vista as infrações praticadas nos termos do art. 42, inciso VIII, ambos da LCE n. 160/2012, sem prejuízo da apreciação dos demais atos praticados no mesmo período; pela aplicação da **multa no valor de 15 (quinze) UFERMS**, ao Sr. **Cacildo Dagno Pereira**, gestor à época, com fundamento no art. 45, c/c o art. 61 em razão de infração prevista no art. 42, inciso VIII, todos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012 em razão da reabertura dos demonstrativos contábeis de exercícios já findos, prática vedada contabilmente; e pela **recomendação** à atual gestão do fundo quanto à obrigatoriedade de elaborar e publicar as notas explicativas às DCASP, devendo as mesmas serem elaboradas e publicadas (inclusive no Portal da Transparência) de forma Tempestiva.



Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

**ACÓRDÃO - AC00 - 1138/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2249/2018  
PROTOCOLO: 1890051  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROCHEDO  
JURISDICIONADA: MORGANA ESPINOSA  
RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – DEPÓSITOS DE DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DE CAIXA EM INSTITUIÇÕES NÃO OFICIAIS – AUSÊNCIA DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA OFICIAL NO MUNICÍPIO – PARECER-C Nº 13/2022 – PRECEDENTES – CONTAS REGULARES COM RESSALVA – QUITAÇÃO – REMESSA INTEMPESTIVA DE BALANCETES AO SICOM – INSTRUMENTO ESPECÍFICO DENOMINADO APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA – AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA E VISIBILIDADE DA GESTÃO DA SAÚDE – RECOMENDAÇÕES – MONITORAMENTO.**

1. Considerando os precedentes desta Corte e sobretudo o art. 927 do CPC, o achado referente aos depósitos de disponibilidades financeiras de caixa em instituições não oficiais pode ser objeto de ressalva com recomendação para que o gestor mantenha suas disponibilidades de caixa em bancos oficiais, e quando não o fizer por estar amparado em situação excepcional, como é o caso da folha de pagamento, o faça considerando as demais regras de contratação pública (licitação, dispensa ou inexigibilidade), em atenção ao art. 37, XXI, da CF/88.
2. É declarada a regularidade com ressalva da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar nº 160/2012 e art. 17, II, “a”, 4, da Resolução TCE/MS nº 98/2018, com a expedição das recomendações cabíveis.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **regularidade com ressalva** da Prestação de Contas Anuais de Gestão, exercício **2017**, do **Fundo Municipal de Saúde de Rochedo - MS**, gestão da Sra. **Morgana Espinosa**, Secretária Municipal de Saúde à época, nos termos do artigo 59, inciso II, da Lei Complementar nº 160/2012 e artigo 17, inciso II, “a”, 4, da Resolução TCE/MS nº 98/2018, pelas razões expostas no relatório-voto; pela **quitação** à Ordenadora de Despesa e Secretária Municipal de Saúde de Rochedo – MS à época, Sra. **Morgana Espinosa**, para efeitos do art. 60 da Lei Complementar nº 160/2012; pela **recomendação** ao atual gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rochedo - MS para que observe com maior rigor os prazos estabelecidos por este Tribunal, principalmente, quanto a remessa de documentos, dados e informações; pela **recomendação** ao atual gestor para que observe as formalizações legais para contratação de instituição não oficial e observe com maior rigor o disposto no art. 37, inc. XXI, da CF/88, dando cumprimento aos princípios do interesse público, da proporcionalidade, da razoabilidade e respeite às legislações emanadas pelo Banco Central do Brasil e as orientações do Conselho Monetário Nacional; pelo **monitoramento** da recomendação, quanto a contratação de instituição não oficial, nos termos previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 187, §3º, inciso I da Resolução TCE/MS nº 98/2018 (RITCE/MS); e pela **recomendação** ao atual gestor para que observe com maior rigor as normas legais que regem a Administração Pública no tocante aos princípios da publicidade e da transparência, em especial, quanto a cumprir o previsto no art. 31, *caput*, da LC nº 141/2012 e disponibilizar os documentos em ambiente de acesso amplo e de forma objetiva, transparente, clara e compreensível por todos, evitando que as falhas aqui verificadas voltem a ocorrer.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

**ACÓRDÃO - AC00 - 1139/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/2547/2018  
PROTOCOLO: 1890570  
TIPO DE PROCESSO: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARAGUARI  
JURISDICIONADO: EDSON RODRIGUES NOGUEIRA  
RELATORA: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – ESCRITURAÇÃO DE MODO IRREGULAR – AUSÊNCIA DE BASE DOCUMENTAL PARA A ESCRITURAÇÃO DO IMOBILIZADO NO BALANÇO PATRIMONIAL –**



**INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS NA EVIDENCIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTAS IRREGULARES – MULTA – AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA ATIVA – REMESSA INTEMPESTIVA DE BALANCETES AO SICOM – AUSÊNCIA DE NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP – RECOMENDAÇÕES.**

1. É declarada a irregularidade da prestação de contas anuais de gestão, nos termos do art. 59, III da Lei Complementar nº 160/2012 LO-TCE/MS e art. 17, II, “a”, 4, da Resolução TCE/MS nº 98/2018, tendo em vista a infração praticada nos termos do art. 42, VIII, da LO-TCE/MS, em razão da ausência de base documental para a escrituração do imobilizado no Balanço Patrimonial e das inconsistências contábeis na evidenciação do Patrimônio Líquido do fundo, ensejando a aplicação de multa ao responsável pela escrituração de modo irregular, além da expedição das recomendações cabíveis.
2. As Notas Explicativas são indispensáveis ao princípio da transparência e da publicidade e um dever das gestões. Todavia, aplica-se recomendação nestes autos, relativa à ausência de Notas Explicativas, diante do fato de se tratar de contas relativas ao exercício de 2017, de modo que, a conduta reiterada nos exercícios futuros deve motivar a irregularidade.
3. A remessa intempestiva de balancetes ao SICOM em desacordo com Manual de Peças Obrigatórias, que deve ser apurada em instrumento específico denominado Apuração de Infração Administrativa, atrai a recomendação.
4. A transparência é indispensável à democracia e um dever das gestões. Contudo, considerando entendimento desta Corte e o exercício em análise, o descumprimento da transparência ativa é objeto de recomendação.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 10ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno, realizada de 25 a 28 de setembro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela irregularidade da Prestação de Contas de Gestão, exercício de **2017** do **Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari-MS**, de responsabilidade do Sr. **Edson Rodrigues Nogueira**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas à época, nos termos do artigo 59, inciso III da Lei Complementar nº 160/2012 e artigo 17, inciso II, “a”, 4, da Resolução TCE/MS nº 98/2018, tendo em vista a infração praticada nos termos do art. 42, VIII da LO-TCE/MS, em razão da ausência de base documental para a escrituração do imobilizado no Balanço Patrimonial e das inconsistências contábeis na evidenciação do Patrimônio Líquido do fundo; pela **aplicação** de multa ao gestor, Sr. **Edson Rodrigues Nogueira**, no valor de **30 (trinta) UFERMS** nos termos do artigo 44, I, e 45, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c artigos 17, inciso V e artigo 181, inciso I, ambos da Resolução TC/MS nº 98/2018, tendo em vista a escrituração de modo irregular (art. 42 inciso VIII da Lei Complementar nº 160/2012) das contas de gestão do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2017; pela **recomendação** à atual gestão do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari/MS para que observe com maior rigor os prazos estabelecidos por este Tribunal, principalmente, quanto à remessa de documentos, dados e informações; pela **recomendação** à atual gestão do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari/MS para que aprimore o processo de transparência ativa, disponibilizando na internet os dados relativos à execução financeira e orçamentária, assim como as informações mínimas necessárias à comprovação do cumprimento da aplicação dos recursos estabelecidos na LC 141/2012; o Relatório de Gestão do SUS e a Avaliação do Conselho de Saúde sobre a gestão do SUS; pela **recomendação** à atual gestão do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari/MS para que aprimore o processo de elaboração das Notas Explicativas, publicando-as conjuntamente às DCASP; e pela **recomendação** à atual gestão do Fundo Municipal de Saúde de Jaraguari/MS para que se abstenha de realizar cancelamentos de restos a pagar processados, os quais não se encontrem amparados por entendimento legal a respeito de sua baixa.

Campo Grande, 28 de setembro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**  
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados

**Segunda Câmara Virtual**

**Acórdão**

**ACÓRDÃOS** do egrégio **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, proferidos na **20ª** Sessão Ordinária **VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA**, realizada de 16 a 19 de outubro de 2023.

[ACÓRDÃO - AC02 - 245/2023](#)

PROCESSO TC/MS: TC/5224/2023

PROTOCOLO: 2243005

TIPO DE PROCESSO: PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/CONTRATO ADMINISTRATIVO

ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE NAVIRAI

JURISDICIONADO: RHAIZA REJANE NEME DE MATOS



INTERESSADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL (CONISUL)  
RELATOR: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO DO SUL – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – ART. 24, XXVI, DA LEI 8.666/1993 – CONTRATO ADMINISTRATIVO – FORMALIZAÇÃO – ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGULAMENTARES – REGULARIDADE.**

É declarada a regularidade do procedimento de dispensa de licitação e da formalização do contrato administrativo, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar 160/2012, uma vez que os atos praticados estão de acordo com as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e Normas Regimentais desta Corte de Contas.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, realizada de 16 a 19 de outubro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **regularidade** do procedimento de Dispensa de Licitação n. 29/2023, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar 160/2012; e pela **regularidade** da formalização do Contrato Administrativo n. 193/2023, celebrado entre o **Município de Naviraí** e o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Sul de Mato Grosso do Sul (CONISUL)**, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar 160/2012.

Campo Grande, 19 de outubro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

**ACÓRDÃO - AC02 - 247/2023**

PROCESSO TC/MS: TC/11173/2017  
PROTOCOLO: 1824668  
TIPO DE PROCESSO: CONTRATO ADMINISTRATIVO  
ÓRGÃO: MUNICÍPIO DE SONORA  
JURISDICIONADO: ENELTO RAMOS DA SILVA  
INTERESSADO: MTR AUTO PEÇAS E MECÂNICA LTDA - EPP  
VALOR: R\$296.515,13  
RELATOR: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**EMENTA - CONTRATO ADMINISTRATIVO – AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MAQUINÁRIOS PESADOS – TERMO ADITIVO – FORMALIZAÇÃO – EXECUÇÃO FINANCEIRA – ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGULAMENTARES – REGULARIDADE – REMESSA INTEMPESTIVA DE DOCUMENTOS – MULTA.**

1. É declarada a regularidade da formalização do termo aditivo e da execução financeira do contrato em razão da consonância com as disposições legais aplicáveis à espécie.
2. A intempestividade da remessa de documentação obrigatória ao Tribunal de Contas enseja a aplicação de multa ao responsável, nos termos do art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

**ACÓRDÃO:** Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, realizada de 16 a 19 de outubro de 2023, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, pela **regularidade** da formalização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 69/2017**, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar 160/2012 c/c art. 121, § 4º do Regimento Interno; pela **regularidade** da **execução financeira** do **Contrato 69/2017**, celebrado entre o Município de Sonora e a empresa MTR Auto Peças e Mecânica Ltda - EPP, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar 160/2012 c/c art. 121, III do Regimento Interno; pela **aplicação de multa** em **30 (trinta) UFERMS** ao Sr. **Enelto Ramos da Silva**, Prefeito Municipal, pela intempestividade da remessa de documentação obrigatória ao Tribunal de Contas, nos termos do art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012; e pela concessão de prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para que o responsável nominado no item “c” efetue o recolhimento da multa em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas – FUNTC, e, no mesmo prazo, faça a comprovação nos autos, conforme estabelecido pelo art. 83, sob pena de cobrança executiva, e pelo art. 78, ambos da Lei Complementar n.º 160/2012.

Campo Grande, 19 de outubro de 2023.

Conselheira-Substituta **Patrícia Sarmiento dos Santos** – Relatora  
(Ato convocatório n. 03/2023)

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 de novembro de 2023.

**Alessandra Ximenes**  
Chefe da Diretoria das Sessões dos Colegiados



Juízo Singular

Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

Decisão Singular

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 8972/2023

PROCESSO TC/MS: TC/283/2022

PROTOCOLO: 2148002

ÓRGÃO: FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SONORA

RESPONSÁVEL: EDIVAN PEREIRA DA COSTA

CARGO: DIRETOR-PRESIDENTE

ASSUNTO: CONCESSÃO DE APOSENTARIA VOLUNTÁRIA

INTERESSADA: SONIA STUCKI ALVES

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

**DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão da aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, a servidora Sonia Stucki Alves, matrícula n. 594/1, ocupante do cargo de professora, classe E N/III, pertencente ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Sonora, lotada na Gerência Municipal de Educação, Cultura e Lazer, constando como responsável o Sr. Edivan Pereira da Costa, diretor-presidente do Fundo de Previdência Social de Sonora.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), por meio da Análise ANA-DFAPP-8221/2023, fls. 196/197 (peça 25), manifestou-se pelo registro da presente aposentadoria.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR-2ª PRC-12028/2023, fls. 198 (peça 26), opinando favoravelmente pelo registro do ato de concessão em apreço.

**DA DECISÃO**

A documentação relativa à concessão em exame apresentou-se completa e foi enviada tempestivamente, conforme definido no Anexo V, item 2, da Resolução TCE/MS n. 88/2018.

A aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 19/2021, publicada no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul n. 2989, edição do dia 13 de dezembro de 2019, fundamentada nos arts. 5º, 10, 13, “d”, 17, 40 e 41, todos da Lei Municipal n. 446, de 10 de julho de 2006.

Analizadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente aposentadoria voluntária por idade atendeu os ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão da aposentadoria voluntária por idade, com proventos proporcionais, a servidora Sonia Stucki Alves, matrícula n. 594/1, ocupante do cargo de professora, classe E N/III, pertencente ao quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Sonora, lotada na Gerência Municipal de Educação, Cultura e Lazer, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, “b”, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 11, I, e o art. 186, III, ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator



## DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 8940/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/6883/2023**PROTOCOLO:** 2255108**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM**RESPONSÁVEL:** EDILSON MAGRO**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL**ASSUNTO:** ADMISSÃO DE PESSOAL – CONCURSADOS/2022**SERVIDORAS:** BRUNA ALENCAR DE ALMEIDA E OUTRAS**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONCURSADOS. LEGALIDADE. REGISTRO COLETIVO. INTEMPESTIVO. RECOMENDAÇÃO.****DO RELATÓRIO**

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro coletivo, do ato de admissão da servidora Bruna Alencar de Almeida, aprovada por meio de concurso público, realizado pela Prefeitura Municipal de Coxim, para o cargo de auxiliar de serviços de higiene e alimentação, nomeada por meio do Decreto n. 375/2022, tendo tomado posse em 23.8.2022, sob a responsabilidade do Sr. Edilson Magro, prefeito.

Os atos de admissão de pessoal, abaixo identificados, também estão autuados neste processo:

Nome	Concurso Edital n.	Cargo	Decreto	Data da posse	Remessa
Severina Josefa Barbosa	1/2016	auxiliar de serviços de higiene e alimentação	375/2022	23.8.2022	Intempestiva
Ana Paula Lopes da Costa	1/2016	auxiliar de serviços de higiene e alimentação	375/2022	23.8.2022	Intempestiva

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) por meio da Análise - ANA- DFAPP-7987/2023, fls. 87/90 (peça 42) concluiu pelo registro dos atos de admissão.

O Ministério Público de Contas (MPC) exarou seu Parecer PAR - 2ª PRC – 11898/2023, fls. 91/92 (peça 43) e opinou, favoravelmente, pelo registro das nomeações em apreço e pela aplicação de multa, por remessa intempestiva dos documentos obrigatórios.

**DA DECISÃO**

As documentações relativas às presentes admissões apresentaram-se completas, conforme definido no Anexo V, seção I, item 1.3, da Resolução TCE-MS n. 88/2018. Porém, suas remessas se deram intempestivamente.

As presentes admissões foram realizadas nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, e o concurso público foi devidamente homologado pelo Decreto n. 144/2017. As servidoras foram nomeadas dentro do prazo de validade do concurso público.

Embora a remessa dos documentos relativos à admissão em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal de Contas, como medida suficiente ao caso concreto, não excetuada a possibilidade de aplicação de multa, caso haja reincidência de intempestividade no envio de documentos.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que os atos de admissão atenderam aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo os registros.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da DFAPP, e, parcialmente, o parecer ministerial, e com fulcro nos arts. 4º, III, “a”, e 11, I, ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018,

**DECIDO:**

1. pelo **registro** das admissões das servidoras acima nominadas, aprovadas por meio de concurso público, realizado pela Prefeitura Municipal de Coxim, em razão da legalidade, nos termos dos arts. 21, III, c/c o art. 34, I, ‘a’, ambos da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012;



2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas, previstos na Resolução TCE/MS n. 88/2018 (Manual de Peças Obrigatórias);
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 08 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Flávio Kayatt**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8966/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9785/2019

**PROTOCOLO:** 1994422

**ENTE/ÓRGÃO:** PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA

**INTERESSADO:** EBERTON COSTA DE OLIVEIRA (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

#### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de **concessão de aposentadoria por invalidez** à servidora Ilda Helena da Silva Adriano, que ocupou o cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, na Secretaria de Educação de Cassilândia.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) manifestou-se por meio da **Análise n. 8263/2023** (pç. 34, fls. 171-172) pelo **registro** do ato de aposentadoria por invalidez.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12211/2023** (pç. 35, fl. 173), opinando pelo **registro** do ato de concessão de aposentadoria em apreço.

É o Relatório.

#### DECISÃO

Analisando os documentos dos autos, verifico que o ato de concessão de aposentadoria por invalidez obedeceu à regra do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c artigo 6º- A da Emenda Constitucional n. 41/2003 e artigos 62, 64 e 65, da Lei Complementar Municipal n. 210/2018, conforme Portaria n. 2663/2023, publicado no Diário Oficial de Cassilândia n. 2270, em 18/10/2023 (f. 167), bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diante do exposto, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e **decido pelo registro do ato de concessão de aposentadoria por invalidez** à servidora Ilda Helena da Silva Adriano, que ocupou o cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, na Secretaria de Educação de Cassilândia, com fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, "b", da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator



## DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8968/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/9938/2019

**PROTOCOLO:** 1995021

**ENTE/ÓRGÃO:** PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA

**INTERESSADO:** EBERTON COSTA DE OLIVEIRA (DIRETOR-PRESIDENTE)

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de **concessão de aposentadoria por invalidez** à servidora Iracema Martins Dias Viana, que ocupou o cargo de Merendeira, na Secretaria de Educação de Cassilândia.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) manifestou-se por meio da **Análise n. 8253/2023** (pç. 33, fls. 167-168) pelo **registro** do ato de aposentadoria por invalidez.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12214/2023** (pç. 34, fl. 169), opinando pelo **registro** do ato de concessão de aposentadoria em apreço.

É o Relatório.

### DECISÃO

Analisando os documentos dos autos, verifico que o ato de concessão de aposentadoria por invalidez obedeceu à regra do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal c/c artigo 6º- A da Emenda Constitucional n. 41/2003 e artigos 62, 64 e 65, da Lei Complementar Municipal n. 210/2018, conforme Portaria n. 2662/2023, publicado no Diário Oficial de Cassilândia n. 2270, em 18/10/2023 (f. 164), bem como as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diante do exposto, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC) e **decido pelo registro do ato de concessão de aposentadoria por invalidez** à servidora Iracema Martins Dias Viana, que ocupou o cargo de Merendeira, na Secretaria de Educação de Cassilândia, com fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, "b", da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

## DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8950/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/596/2022

**PROTOCOLO:** 2148904

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR-PRESIDENTE À ÉPOCA)

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada do servidor Osvaldo Francisco de Almeida (1º Sargento PM).

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), concluiu na **Análise ANA – DFAPP – 8379/2023** (pç. 20, fls. 172-173), pela regularidade do ato de transferência para a reserva remunerada.



Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer PAR – 2ª PRC - 12246/2023** (pç. 21, fl. 174), opinando pelo registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

## DECISÃO

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras dos arts. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso I, todos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990 (redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020), combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 0059/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.726, de 10 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e decido pelo **registro do ato de transferência para a reserva remunerada** do servidor Osvaldo Francisco de Almeida (1º Sargento PM), tendo em vista sua legalidade, com fundamento no art. 77, inciso III, da Constituição Estadual, nos arts. 21, III, e 34, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

## DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8953/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/601/2022

**PROCOLO:** 2148913

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR PRESIDENTE DA AGEPREV)

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência para a reserva remunerada, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Flávio Rodrigues de Araújo, Subtenente da Polícia Militar.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8385/2023** (pç. 20, fls. 171-172), pela regularidade do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12265/2023** (pç. 21, fl. 173), opinando favoravelmente ao ato de transferência a pedido para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

## DECISÃO

A Policial Militar conta com 27 (vinte e sete) anos, 08 (oito) meses e 11 (onze) dias de tempo de contribuição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição pç. 6, fls. 7-9, o que demonstra o preenchimento do requisito de tempo de contribuição para a reserva remunerada com proventos integrais.

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de



janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 073/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.728, de 12 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e decido pelo **registro do ato de transferência para a reserva remunerada**, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Flávio Rodrigues de Araújo, diante da sua legalidade, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, b, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, com redação dada pela Lei Complementar n. 293, de 20 de dezembro de 2021, e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8955/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/608/2022

**PROTOCOLO:** 2148936

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR PRESIDENTE DA AGEPREV)

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

#### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência para a reserva remunerada, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Osmar Salvatierra Pessoa, 1º Sargento Bombeiro Militar.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8388/2023** (pç. 20, fls. 172-173), pela regularidade do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12266/2023** (pç. 21, fl. 174), opinando pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

#### DECISÃO

O Bombeiro Militar conta com 32 (trinta e dois) anos, 9 (nove) meses e 27 (vinte e sete) dias de tempo de contribuição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição pç. 6, fls. 7-9, o que demonstra o preenchimento do requisito de tempo de contribuição para a reserva remunerada com proventos integrais.

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso I, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 0074/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.728, de 12 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e decido pelo **registro do ato de transferência para a reserva remunerada**, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Osmar Salvatierra Pessoa, diante da sua legalidade, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, b, da Lei Complementar (estadual) n. 160, com redação dada pela Lei Complementar n. 293, de 20 de dezembro de 2021 e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.



Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**

Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8956/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/611/2022

**PROCOLO:** 2148942

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** JORGE DE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR PRESIDENTE DA AGEPREV)

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**RELATÓRIO**

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência para a reserva remunerada, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Luiz Carlos Rodrigues Carneiro, Tenente Coronel da Polícia Militar.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8390/2023** (pç. 20, fls. 171-172), pela regularidade do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12286/2023** (pç. 21, fl. 173), opinando pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

**DECISÃO**

O Policial Militar conta com 27 (vinte e sete) anos, 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo de contribuição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição pç. 6, fls. 7-9, o que demonstra o preenchimento do requisito de tempo de contribuição para a reserva remunerada com proventos integrais.

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 0075/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.728, de 12 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e **decido pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada** do servidor Luiz Carlos Rodrigues Carneiro, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a sua legalidade, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, b, da Lei Complementar (estadual) n. 160, com redação dada pela Lei Complementar n. 293, de 20 de dezembro de 2021 e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**

Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8960/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/890/2022

**PROCOLO:** 2149661

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS (DIRETOR PRESIDENTE DA AGEPREV)

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT



## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência para a reserva remunerada, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, do servidor Ramão Inácio Cubilha Ortelhado, 3º Sargento da Polícia Militar.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8391/2023** (pç. 20, fls. 171-173), pela regularidade do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12293/2023** (pç. 21, fl. 174), opinando pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

## DECISÃO

O Policial Militar conta com 30 (trinta) anos e 03 (três) meses de tempo de contribuição, conforme Certidão de Tempo de Contribuição pç. 6, fls. 7-9, o que demonstra o preenchimento do requisito de tempo de contribuição para a reserva remunerada com proventos integrais.

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso I, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGEPREV n. 0086/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.729, de 13 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e **decido pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada**, do servidor Ramão Inácio Cubilha Ortelhado, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a sua legalidade, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, b, da Lei Complementar (estadual) n. 160, com redação dada pela Lei Complementar n. 293, de 20 de dezembro de 2021 e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 9011/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/891/2022

**PROCOLO:** 2149662

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**CARGO:** DIRETOR PRESIDENTE A ÉPOCA

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada do servidor Marcos Roberto da Silva (1º Sargento PM).

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8393/2023** (pç. 20, fls. 173-174), pela **regularidade** do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12296/2023** (pç. 21, fl. 175), opinando pelo registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.



É o relatório.

## DECISÃO

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n.667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGPREV n. 0099/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.737, de 21 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), e decido pelo **registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada** do servidor Marcos Roberto da Silva (1º Sargento PM), tendo em vista sua legalidade, com fundamento no art. 77, inciso III, da Constituição Estadual, nos arts. 21, III e 34, inciso II, alínea “b” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 (com redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovada pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 9013/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/892/2022

**PROCOLO:** 2149663

**ENTE/ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**CARGO:** DIRETOR PRESIDENTE A ÉPOCA

**TIPO DE PROCESSO:** TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA REMUNERADA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada do servidor Samir Miguel Raidan (3º Sargento PM).

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8394/2023** (pç. 19, fls. 169-170), pela **regularidade** do ato de transferência para a reserva remunerada.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12298/2023** (pç. 20, fl. 171), opinando pelo registro do ato de transferência para a reserva remunerada ao servidor acima descrito.

É o relatório.

## DECISÃO

Analisando os autos, verifico que a transferência para a reserva remunerada “a pedido” está em consonância com as regras do art. 47, inciso II, art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I e art. 90-A, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53 de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020, combinado com art. 24, art. 24-E, art. 24-F, do Decreto-Lei n.667, de 2 de julho de 1969, incluso pela Lei n. 13.954, de 16 de dezembro de 2019 e art. 1º do Decreto n. 15.344, de 14 de janeiro de 2020, nos termos da Portaria “P” AGPREV n. 101/2022, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. 10.737, de 21 de janeiro de 2022.

Diante disso, concordo com a análise da Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), e decido pelo **registro do ato de transferência a pedido para a reserva remunerada** do servidor Samir Miguel Raidan (3º Sargento PM), tendo em vista sua legalidade, com fundamento no art. 77, inciso III, da Constituição Estadual, nos arts. 21, III e 34, inciso II, alínea “b” da Lei



Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012 (com redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovada pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
**Relator**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 9004/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10649/2014

**PROTOCOLO:** 1518635

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL

**JURISDICIONADO:** JUVENAL DE ASSUNÇÃO NETO (PREFEITO À ÉPOCA DOS FATOS)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

**RELATÓRIO**

O conteúdo dos autos trata do Procedimento Licitatório, realizado por meio da modalidade Convite n. 13/2014, da formalização do Contrato Administrativo n. 46/2014, celebrado entre o Município de Nova Alvorada do Sul e a empresa Silvia Candida de Oliveira de Souza e Cia LTDA, tendo como objeto a aquisição de fraldas descartáveis de diversos tamanhos para atender a Secretaria de Saúde do Município de Nova Alvorada do Sul, e de sua execução financeira.

A referida licitação, contratação, execução financeira e os atos subsequentes, foram objeto de julgamento por este Tribunal, por meio das seguintes decisões:

– Decisão Singular DSG-G.JRPC-9122/2015 (peça 27, fl. 86-141), nos seguintes termos dispositivos:

Diante do exposto, acolho a opinião do representante do Ministério Público de Contas e DECIDO no sentido de declarar regular a prestação de contas relativa ao procedimento licitatório – Convite n. 13/2014 – e à formalização do Contrato n. 46/2014, celebrado entre o Município de Nova Alvorada do Sul e a empresa Silvia Cândida de Oliveira de Souza & Cia Ltda. - EPP, com base na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

– Decisão Singular DSG-G.FEK-2830/2018 (peça 37, fls. 140-141), nos seguintes termos dispositivos:

Ante o exposto:

I. DECLARO

a) a ILEGALIDADE da execução financeira do respectivo Contrato Administrativo nº 46/2014, firmado entre o Município de Nova Alvorada do Sul e a empresa Silvia Cândida de Oliveira de Souza & Cia Ltda., pela supressão superior ao permissivo legal de 25%, conforme já fundamentado no §2º do art. 65 da Lei de Licitação e art. 59, III da Lei Complementar (estadual) nº 160,2012;

II. Aplicar multa equivalente a 40 (quarenta) UFERMS pela supressão de valores superior ao permissivo legal ao Sr. JUVENAL DE ASSUNÇÃO NETO, na época, Prefeito Municipal de Nova Alvorada do Sul, conforme item 1 “a” e “b”;

– Decisão Singular DSG-G.RC-7400/2023 (peça 47, fls. 152-153), nos seguintes termos dispositivos:

Diante do exposto, acolho o parecer ministerial e, DECIDO pela EXTINÇÃO e ARQUIVAMENTO destes autos, sem julgamento de mérito, em razão da quitação da multa imposta, objeto deste Pedido de Revisão, nos termos do art. 11, inciso V “a”, da Resolução TC/MS 98/2018, c/c art. 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa TC/MS n. 24/2022.

Feito isso, é necessário registrar que:

- a multa aplicada ao Sr. Juvenal de Assunção Neto foi por ele posteriormente quitada, conforme os termos da Certidão de Quitação de Multa autuada na peça 44, fls. 148-149;

- encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas-MPC, o Procurador de Contas manifestou-se por meio do Parecer PAR-3ªPRC- 11854/2023 (peça 51, fls. 157-158), opinando pela “**extinção e arquivamento do presente processo**” (TC/10649/2014).

**É o breve relatório.**

**DECISÃO**



Tudo verificado e examinado acolho a manifestação do representante do Ministério Público de Contas (PARECER PAR-3ªPRC-11854/2023 peça 51, fls. 157-158), e **decido** pela extinção deste Processo TC/10649/2014, determino o seu arquivamento, considerando o pagamento do valor da multa equivalente ao de 40 (quarenta) UFERMS, infligida ao senhor Juvenal de Assunção Neto (Decisão Singular DSG-G.FEK-2830/2018), o que ocasionou a consumação do controle externo exercido por este Tribunal com fundamento nas regras do art. 186, V, **a**, observado o disposto no art. 187, I e II, **a**, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98 de 5 de dezembro de 2018).

É a decisão.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8957/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/400/2023

**PROTOCOLO:** 2223836

**PROTOCOLO:** 2223836

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE COXIM

**JURISDICIONADA/CARGO:** EDILSON MACRO (PREFEITO NA ÉPOCA DOS FATOS)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL- CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

#### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação quanto da legalidade, para fins de registro, dos atos das admissões da servidora abaixo relacionada, nomeada em caráter efetivo, aprovada no Concurso Público (através do Edital n. 144/2017 – Acostado ao TC/6687/2018), para ocupar o cargo de Psicóloga I, lotada no Município de Coxim.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	VALIDADE DO CONCURSO
Gleisciele Soares de Souza	Psicólogo I	15º	*23/3/2017 até 23/3/2019

\* **Prazo para posse prorrogado por mais dois anos (Vigência após suspensão do prazo de validade do Concurso (COVID-19): Decreto n. 93/2019 de 13/03/2019.**

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8362/2023** (pç.28, fls. 55-58), pelo **registro** do ato de admissão da servidora em comento.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12071/2023** (pç. 29 fls. 59-60), opinando pelo **registro** do ato de admissão em tela, com aplicação de multa diante da remessa intempestiva de documentos a esta Corte de Contas.

É o Relatório.

#### DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que a admissão da servidora ocorreu dentro do prazo de validade do concurso público de dois anos (23/3/2017 até 23/3/2019– TC/6687/2018 - Item. 1.2-Edital n. 1/2016 - **Prazo para posse prorrogado - Vigência após suspensão (COVID-19) do prazo de validade do Concurso: Até 14/3/2021**), de acordo com as ordens de classificação homologadas pelo titular do órgão e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, principalmente ao artigo 37 da Constituição Federal.

No tocante a remessa intempestiva de documentos a este Tribunal, entendo que a multa correspondente deve ser dispensada, tendo em vista o alcance dos objetivos constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis ao caso.

Ante o exposto, decido pelo **registro do ato de admissão da servidora** Gleisciele Soares de Souza, aprovada no Concurso Público (através do Edital n. 144/2017 – Acostado ao TC/6687/2018), para ocupar o cargo de Psicóloga I, lotada no Município de Coxim, tendo como fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).



É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8963/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8255/2023

**PROTOCOLO:** 2266023

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

**JURISDICIONADO:** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal da servidora Érica Nunez de Barros, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana (Edital de Abertura n. 01/2016 e Edital de Homologação n. 30/2016 - TC/00162/2018), nomeada conforme a Portaria n. 560/2017 de 12/05/2017 (publicação: 23 de maio de 2017) em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Assistente Pedagógico, tendo tomado posse em 12/05/2017.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), que concluiu na Análise n. 7755/2023 (pç. 15, fls. 20-22), pelo **registro** do ato de admissão em apreço.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer n. 12087/2023 (pç. 16, fls. 23-24), opinando pelo **registro** da admissão em apreço, com aplicação de multa ao responsável diante da remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas.

É o Relatório.

## DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que o ato de admissão da servidora Érica Nunez de Barros ocorreu dentro do prazo de validade do concurso público (2 anos, conforme item 16.4 – Edital n. 01/2016), de acordo com a ordem de classificação homologada pelo titular do órgão (7ª colocada) e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis vigentes à época dos fatos.

Em relação a intempestividade da remessa de documentos para esta Corte, verifico que a finalidade legal e constitucional foi cumprida, e por este motivo deixo de aplicar multa ao jurisdicionado.

Ante o exposto, **decido pelo registro do ato de admissão da servidora Érica Nunez de Barros**, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana, nomeada conforme a Portaria n. 560/2017 de 12/05/2017, em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Assistente Pedagógico, tendo fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8961/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8341/2023



**PROTOCOLO:** 2266856

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

**JURISDICIONADO:** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal da servidora Luciene Pereira Dias, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana (Edital de Abertura n. 01/2016 e Edital de Homologação n. 30/2016 - TC/00162/2018), nomeada conforme a Portaria n. 532/2017 de 12/05/2017 (publicação: 23 de maio de 2017) em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Assistente Pedagógico, tendo tomado posse em 12/05/2017.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), que concluiu na Análise n. 7785/2023 (pç. 19, fls. 25-27), pelo **registro** do ato de admissão em apreço.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer n. 12091/2023 (pç. 20, fls. 28-29), opinando pelo **registro** da admissão em apreço, com aplicação de multa ao responsável diante da remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas.

É o Relatório.

## DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que o ato de admissão da servidora Luciene Pereira Dias ocorreu dentro do prazo de validade do concurso público (2 anos, conforme item 16.4 – Edital n. 01/2016), de acordo com a ordem de classificação homologada pelo titular do órgão (5ª colocada) e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis vigentes à época dos fatos.

Em relação a intempestividade da remessa de documentos para esta Corte, verifico que a finalidade legal e constitucional foi cumprida, e por este motivo deixo de aplicar multa ao jurisdicionado.

Ante o exposto, **decido pelo registro do ato de admissão da servidora Luciene Pereira Dias**, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana, nomeada conforme a Portaria n. 532/2017 de 12/05/2017, em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Assistente Pedagógico, tendo fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

## DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8958/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/9221/2023

**PROTOCOLO:** 2271927

**ENTE/ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

**JURISDICIONADA/CARGO:** MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA (SECRETÁRIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DOS FATOS)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL- CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação quanto da legalidade, para fins de registro, do ato da admissão da servidora abaixo relacionada, nomeada em caráter efetivo, aprovada no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM –



Acostado ao TC/397/2022), para ocupar o cargo de Agente de Atividades Educacionais, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	VALIDADE DO CONCURSO
Amanda Carolina Silva de Lima	Agente de Atividades Educacionais/Corumbá	10º	*27/8/2019 A 27/8/2021

\* Prazo para posse prorrogado (Vigência após suspensão do prazo de validade do Concurso (COVID-19): Até 30/10/2023)

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8215/2023**(pç.19, fls. 201-204), pelo **registro** do ato de admissão da servidora em comento.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12178/2023** (pç.20, fl.205), opinando pelo **registro** do ato de admissão em tela.

É o Relatório.

## DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que a admissão da servidora ocorreu dentro do prazo de validade do concurso público de dois anos (27/8/2019 a 27/8/2021– TC/397/2022 - Item. 11.1-Edital n. 01/2018 - **Prazo para posse prorrogado - Vigência após suspensão (COVID-19) do prazo de validade do Concurso: Até 30/10/2023**), de acordo com a ordem de classificação homologada pelo titular do órgão e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, principalmente ao Art. 37 da Constituição Federal.

Ante o exposto, decido pelo **registro do ato de admissão da servidora**: Amanda Carolina Silva de Lima, aprovada no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM – Acostado ao TC/397/2022), para ocupar o cargo de Agente de Atividades Educacionais, lotada na Secretaria de Estado de Educação, no Município de Corumbá, tendo como fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8998/2023

PROCESSO TC/MS: TC/9415/2023

PROCOLO: 2273726

ENTE/ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

JURISDICIONADA/CARGO: MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA (SECRETÁRIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DOS FATOS)

TIPO DE PROCESSO: ADMISSÃO DE PESSOAL- CONCURSO PÚBLICO

RELATOR: CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação quanto da legalidade, para fins de registro, dos atos das admissões dos servidores abaixo relacionados, nomeados em caráter efetivos, aprovados no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM – Acostado ao TC/397/2022), para ocuparem os cargos de Agentes de Atividades Educacionais, lotados na Secretaria de Estado de Educação.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	VALIDADE DO CONCURSO
Dyenifer de Souza Candido	Agente de Atividades Educacionais/Selvíria	3º	*27/8/2019 A 27/8/2021
Carlos Eduardo Alves da Silva	Agente de Atividades Educacionais/Terenos	4º	*27/8/2019 A 27/8/2021
Carla Luiza de Melo Faveri	Agente de Atividades Educacionais/Angélica	4º	*27/8/2019 A 27/8/2021



**\* Prazo para posse prorrogado (Vigência após suspensão do prazo de validade do Concurso (COVID-19): Até 30/10/2023)**

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8486/2023** (pç.24, fls. 36-39), pelo **registro** dos atos de admissão das(os) servidoras(os) em comento.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12176/2023** (pç.25, fls.40-41), opinando pelo **registro** dos atos de admissão em tela.

É o Relatório.

**DECISÃO**

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que as admissões dos servidores ocorreram dentro do prazo de validade do concurso público de dois anos (27/8/2019 a 27/8/2021– TC/397/2022 - Item. 11.1-Edital n. 01/2018 - **Prazo para posse prorrogado - Vigência após suspensão (COVID-19) do prazo de validade do Concurso: Até 30/10/2023**), de acordo com as ordens de classificação homologadas pelo titular do órgão e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, principalmente ao artigo 37 da Constituição Federal.

Ante o exposto, decido pelo **registro dos atos de admissão dos servidores** Dyenifer de Souza Candido, Carlos Eduardo Alves da Silva e Carla Luiza de Melo Faveri, aprovados no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM – Acostado ao TC/397/2022), para ocuparem os cargos de Agentes de Atividades Educacionais, lotados na Secretaria de Estado de Educação, tendo como fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8999/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9486/2023

**PROTOCOLO:** 2274318

**ENTE/ÓRGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

**JURISDICIONADA/CARGO:** MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA (SECRETÁRIA DO ESTADO DE EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DOS FATOS)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL- CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**RELATÓRIO**

A matéria dos autos trata da apreciação quanto da legalidade, para fins de registro, dos atos das admissões das servidoras abaixo relacionadas, nomeadas em caráter efetivos, aprovadas no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM – Acostado ao TC/397/2022), para ocuparem os cargos de Agentes de Atividades Educacionais, lotadas na Secretaria de Estado de Educação.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO	VALIDADE DO CONCURSO
Célia Luiza Benites dos Santos	Agente de Atividades Educacionais/Caarapó	11º	*27/8/2019 A 27/8/2021
Sirlene Godoy Chagas	Agente de Atividades Educacionais/Caarapó	13º	*27/8/2019 A 27/8/2021
Maria Rosineia Cyliax Tavares	Agente de Atividades Educacionais/Ponta Porã	13º	*27/8/2019 A 27/8/2021
Sandra Moreira Machado Francisco	Agente de Atividades Educacionais/três Lagoas	14º	*27/8/2019 A 27/8/2021

**\* Prazo para posse prorrogado (Vigência após suspensão do prazo de validade do Concurso (COVID-19): Até 30/10/2023)**



Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise n. 8509/2023** (pç.32, fls. 897-901), pelo **registro** dos atos de admissão das servidoras em comento.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer n. 12175/2023** (pç.33 fls. 902-903), opinando pelo **registro** dos atos de admissão em tela.

É o Relatório.

## DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que as admissões das servidoras ocorreram dentro do prazo de validade do concurso público de dois anos (27/8/2019 a 27/8/2021– TC/397/2022 - Item. 11.1-Edital n. 01/2018 - **Prazo para posse prorrogado - Vigência após suspensão (COVID-19) do prazo de validade do Concurso: Até 30/10/2023**), de acordo com as ordens de classificação homologadas pelo titular do órgão e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, principalmente ao Art. 37 da Constituição Federal.

Ante o exposto, decido pelo **registro dos atos de admissão das servidoras** Célia Luiza Benites dos Santos, Sirlene Godoy Chagas, Maria Rosineia Cyliax Tavares e Sandra Moreira Machado Francisco, aprovadas no Concurso Público (através do Edital n. 16/2019-SAD/SED/ADM – Acostado ao TC/397/2022), para ocuparem os cargos de Agentes de Atividades Educacionais, lotadas na Secretaria de Estado de Educação, tendo como fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, “a” da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

## DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8959/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/8667/2023

**PROTOCOLO:** 2268525

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

**JURISDICIONADO:** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

## RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão de pessoal da servidora Camila Ramos Arias, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana (Edital de Abertura n. 01/2016 e Edital de Homologação n. 30/2016 - TC/00162/2018), nomeada conforme a Portaria n. 1445/2017 de 18/12/2017 (publicação: 20 de dezembro de 2017) em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Desenhista/Projetista, tendo tomado posse em 14/12/2017.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP), que concluiu na Análise n. 7733/2023 (pç. 11, fls. 14-16), pelo **registro** do ato de admissão em apreço.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer n. 12094/2023 (pç. 12, fls. 17-18), opinando pelo **registro** da admissão em apreço, com aplicação de multa ao responsável diante da remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas.

É o Relatório.

## DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que o ato de admissão da servidora Camila Ramos Arias ocorreu dentro do prazo de validade do concurso público (2 anos, conforme item 16.4 – Edital n. 01/2016), de acordo com a ordem de classificação



homologada pelo titular do órgão (2ª colocada) e respeitando as disposições legais e regulamentares aplicáveis vigentes à época dos fatos.

Em relação a intempestividade da remessa de documentos para esta Corte, verifico que a finalidade legal e constitucional foi cumprida, e por este motivo deixo de aplicar multa ao jurisdicionado.

Ante o exposto, **decido pelo registro do ato de admissão da servidora Camila Ramos Arias**, aprovada em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura Municipal de Aquidauana, nomeada conforme a Portaria n. 1445/2017 de 18/12/2017, em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Desenhista/Projetista, tendo fundamento nas regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, "a" da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012 (redação dada pela Lei Complementar n. 293 de 20 de dezembro de 2021), e do art. 11, I, do Regimento Interno (aprovado pela Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 8948/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/8724/2023

**PROTOCOLO:** 2268774

**ENTE/ÓRGÃO:** MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA

**INTERESSADO(A):** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL)

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

#### RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de admissão da servidora **Julia Silva Ganzelevitch Martins**, aprovada no Concurso Público (Aprovados: Edital n. 29/2016 à pç. 4, fls. 7-60 e Homologação: Edital n. 30/2016 à pç. 5, fl. 61, ambos do TC/00162/2018), nomeada em caráter efetivo, para ocupar o cargo de Farmacêutico-Bioquímico, no Município de Aquidauana.

Ao examinar os documentos, a Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Previdência (DFAPP) concluiu na **Análise ANA-DFAPP-7870/2023** (pç. 12, fls. 33-36), pelo **registro** do ato de admissão da servidora em comento.

Cumprir observar, que a remessa dos documentos a esta Corte de Contas ocorreu de forma intempestiva, conforme análise da Divisão de Fiscalização de Pessoal e Previdência – DFAPP à pç. 12, fl. 33, item - 3.

Na sequência, o Procurador do Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o **Parecer PAR-2ªPRC-12096/2023** (pç. 13, fls. 37-38), opinando pelo **registro** do ato de admissão em tela, com a imposição de multa ao responsável, diante da remessa intempestiva dos documentos a esta Corte de Contas.

É o Relatório.

#### DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que a admissão da servidora ocorreu fora do prazo de validade do concurso público (24/11/16 a 24/11/18). No entanto, o jurisdicionado esclareceu que a nomeação e posse deram-se em decorrência de decisão judicial proferida pela 1ª vara Cível de Aquidauana nos autos de um Mandado de Segurança (autos nº 0802502-24.2018.8.12.0005), o qual teve como fundamento a colocação da candidata, ora servidora, 7ª colocação, dentro do número de vagas ofertadas no edital de abertura do certame.

Posteriormente à decisão judicial que determinou a nomeação e posse, houve reforma da decisão pelo TJMS, sendo a servidora exonerada por ausência de juntada de comprovação do direito líquido e certo (cópia do edital do concurso). Todavia, em 2020, em processo de obrigação de fazer, em decisão exarada em sede de decisão de tutela antecipada nos autos de procedimento do



Juizado Especial Cível da Comarca de Aquidauana (autos nº 0800315- 72.2020.8.12.0005), determinou-se a reintegração da servidora no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal.

No tocante a remessa intempestiva de documentos a este Tribunal, entendo que a multa correspondente deve ser dispensada, tendo em vista o alcance dos objetivos constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis ao caso.

Ante o exposto, decido pelo **registro** do ato de admissão da servidora **Julia Silva Ganzelevitch Martins**, realizado pelo Município de Aquidauana, para o cargo de Farmacêutico-Bioquímico, tendo como fundamento as regras do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, I, letra "a", da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2012, e do art. 11, I, do Regimento Interno (Resolução n. 98, de 5 de dezembro de 2018).

É como decido.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

### ATOS PROCESSUAIS

**Conselheiro Jerson Domingos**

Despacho

#### Recursos Indeferidos

Recurso(s) indeferido(s) pelo Cons. Presidente do Tribunal de Contas, conforme estabelecido no art. 9,VIII, **a**, da Lei Complementar nº 160, de 02 de janeiro de 2012, c/c o art. 160, III e IV da RESOLUÇÃO-TCE-MS N. 98, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### DESPACHO DSP - GAB.PRES. - 28406/2023

**PROCESSO TC/MS:** TC/9308/2023/001

**PROTOCOLO:** 2284590

**ÓRGÃO:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A):** SERGIO FERNANDES MARTINS

**ADVOGADOS:** HOMERO LEONARDO LOPES – OAB/MG 54.714; FERNANDO PIERI LEONARDO – OAB/MG 68.432 e OAB/SP 255.386; FLÁVIA PIERI LEONARDO BORGES DA COSTA - OAB/MG 75.460; ANDRÉ MARQUES FERREIRA PEDROSA – OAB/MG 86.359; ELISÂNGELA INÊS OLIVEIRA SILVA DE REZENDE – OAB/MG 91.094; BRUNO LEONARDO AGUIAR SILVA – OAB/MG 90.653; DANIELA LACERDA CHAVES – OAB/MG 129.361; CAMILA GUERRA BITARÃES – OAB/MS 134.392; RODRIGO FERNANDES ELIAS – OAB/MG 131.757; JOANA DE ARAÚJO SILVA GUERRA – OAB/MG 150.730; MARIANA SILVA CAMPOS – OAB/MG 200.401; TAINÁ CRISTINA BRAGA – OAB/SC 55.204; LEANDRO CORREIA SANTOS – OAB/RJ 179.126; MATHEUS CARVALHO PACHECO – OAB/MG 189.607; IARA RIBEIRO DE ANDRADE – OAB/MG 211.164; JÉSSICA MARIA FERRAZ DOS SANTOS – OAB/MG 54.582-E e ÉRICA DIAS TACCHI – OAB/MG 180.038.

**TIPO DE PROCESSO:** RECURSO ORDINÁRIO

**RELATOR (A):** CONSELHEIRO NAO DISTRIBUIDO

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Ordinário interposto nos autos TC/9308/2023/001, por pessoa jurídica Boreal Brasil Tecnologia LTDA, buscando anulação do Despacho de nº 21284/2023 que deixou de receber Denúncia por ela realizada, e determinou arquivamento do feito.

O Regimento interno desta Corte de Contas, prevê o cabimento do Recurso Ordinário, no art. 161:

“Art. 161. Cabe recurso ordinário ao Tribunal Pleno, conforme descrito no art. 17, nos termos do art. 69 da LC n.º 160, de 2012, contra:

I - ato de Conselheiro que apreciou ou julgou o processo no exercício do Juízo Singular;

II - ato colegiado:

a) de qualquer das Câmaras, que apreciou, julgou ou deliberou sobre o processo;

b) do próprio Tribunal Pleno, que apreciou, julgou ou deliberou sobre o processo no âmbito da sua competência originária ou em decorrência de declinação de competência por Câmara ou de avocação.”



Portanto, em que pese as questões elencadas pelo manifestante, deixo de receber o presente expediente, vez que o Recurso não atende a qualquer das hipóteses de cabimento elencadas no Regimento interno desta Corte de Contas, ou ainda na Lei Complementar nº 160 de 2012, art. 69, *caput*.

Determino a Gerência de Controle Institucional que cientifique o Peticionante deste despacho.

Campo Grande/MS, 06 de novembro de 2023.

**Cons. JERSON DOMINGOS**  
Presidente

Pelo presente instrumento, com fulcro nos arts. 50, I e 55, I da Lei Complementar nº 160/2012, ficam os Srs. Homero Leonardo Lopes – OAB/MG 54.714; Fernando Pieri Leonardo – OAB/MG 68.432 e OAB/SP 255.386; Flávia Pieri Leonardo Borges da Costa – OAB/MG 75.460; André Marques Ferreira Pedrosa – OAB/MG 86.359; Elisangela Inês Oliveira Silva de Rezende – OAB/MG 91.094; Bruno Leonardo Aguiar Silva – OAB/MG 90.653; Daniela Lacerda Chaves – OAB/MG 129.361; Camila Guerra Bitarães – OAB/MS 134.392; Rodrigo Fernandes Elias – OAB/MG 131.757; Joana de Araújo Silva Guerra – OAB/MG 150.730; Mariana Silva Campos – OAB/MG 200.401; Tainá Cristina Braga – OAB/SC 55.204; Leandro Correia Santos – OAB/RJ 179.126; Matheus Carvalho Pacheco – OAB/MG 189.607; Lara Ribeiro de Andrade – OAB/MG 211.164; Jéssica Maria Ferraz dos Santos – OAB/MG 54.582-E e Érica Dias Tacchi – OAB/MG 180.038, intimados do inteiro teor do **Despacho DSP-GAB.PRES-28406/2023**.

**DELMIR ERNO SCHWEICH**  
Gerência de Controle Institucional  
TCE/MS

**Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**

**Despacho**

**DESPACHO DSP - G.ODJ -29298/2023**

**PROCESSO TC/MS** : TC/5021/2022  
**PROTOCOLO** : 2166273  
**ÓRGÃO** : INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ROCHEDO  
**RESPONSÁVEL** : MAXWELL DE OLIVEIRA MARCHETTI  
**CARGO** : DIRETOR-PRESIDENTE  
**ASSUNTO** : CONTAS DE GESTÃO 2021  
**RELATOR** : CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**Vistos etc.**

Com fulcro no art. 202, V, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, e consoante Ato de Delegação n. 1/2019, publicado no DOE TCE/MS n. 2150, **defiro** a prorrogação do prazo, em caráter excepcional, por mais **5 (cinco) dias úteis**, a contar de 16 de novembro de 2023.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**Carlos Roberto de Marchi**  
Chefe de Gabinete

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29243/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6431/2022  
**PROTOCOLO:** 2173985  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
**RESPONSÁVEL:** ENELTO RAMOS DA SILVA  
**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL  
**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 35/2022  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 35/2022, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Sonora, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo pertinente para a aquisição parcelada de



pneus, bicos, câmaras, rodas de ferro, protetores novos e a prestação de serviços de balanceamento, cambagem, caster, alinhamento e duplagem de pneus, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Solicitação de Providências SOL-DFLCP-1151/2022, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio diante dos critérios de materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29293/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6734/2022

**PROTOCOLO:** 2175297

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**RESPONSÁVEL:** RALPHE DA CUNHA NOGUEIRA

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, À ÉPOCA

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 120/2022

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Eletrônico n. 120/2022, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, cujo objeto é a aquisição de carimbos, refis e tinta para carimbo, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Solicitação de Providências SOL-DFLCP-1112/2022, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio diante dos critérios de materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29310/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3141/2022



**PROCOLO:** 2159722

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

**RESPONSÁVEL:** RÉUS ANTÔNIO SABEDOTTI FORNARI

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 21/2022

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E UTENSÍLIOS PARA COZINHA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial n. 21/2022, realizado pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso, consoante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (SOL - DFLCP - 866/2022) informou que não houve manifestação técnica, em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, e sugeriu o arquivamento dos autos.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS) aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, “a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade ou conformidade com a lei.”

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29312/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6382/2022

**PROCOLO:** 2173657

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**RESPONSÁVEL:** RALPHE DA CUNHA NOGUEIRA

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** SECRETÁRIO-EXECUTIVO DE COMPRAS, À ÉPOCA

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO - PREGÃO ELETRÔNICO N. 115/2022

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico n. 115/2022, realizado pelo Município de Campo Grande, consoante o disposto no art. 150 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (SOL - DFLCP – 1145/2022) informou que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, e sugeriu o arquivamento dos autos.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, “a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade ou conformidade com a lei.”

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.



Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29330/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2083/2023

**PROTOCOLO:** 2231378

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

**RESPONSÁVEL:** ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO

**CARGO DO RESPONSÁVEL:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 2/2023, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Aquidauana, cujo objeto é a aquisição de insumos para confecção de lajotas, meio-fio, sarjetas, tampas de boca de lobo de vias públicas, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Solicitação de Providências SOL-DFLCP-700/2023, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio diante dos critérios de materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29311/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/619/2023

**PROTOCOLO:** 2224938

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

**RESPONSÁVEL:** CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

**CARGO DA RESPONSÁVEL:** PREFEITA MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 5/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 5/2023, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jardim, cujo objeto é a aquisição de aparelhos de ar condicionados, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Solicitação de Providências SOL-DFLCP-747/2023, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio diante dos critérios de materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.



Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.ODJ - 29314/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/692/2023

**PROTOCOLO:** 2225226

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM

**RESPONSÁVEL:** CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

**CARGO DA RESPONSÁVEL:** PREFEITA MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 6/2023

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Tratam os autos de controle prévio do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 6/2023, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Jardim, cujo objeto é a locação de bens estruturais e serviços de sonorização, compreendendo o fornecimento de equipamentos e suas operacionalizações para eventos, para atender a Prefeitura Municipal.

A Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias, por meio da Solicitação de Providências SOL-DFLCP-751/2023, destacou que o feito não foi submetido à análise de controle prévio diante dos critérios de materialidade, relevância e risco adotados para fiscalização, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior, sugerindo o arquivamento do processo.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Ante o exposto, nos termos do art. 4º, I, “f”, c/c o art. 152, II, todos do RITC/MS, determino o arquivamento dos presentes autos.

À Gerência de Controle Institucional para as providências necessárias.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Flávio Kayatt**

**Despacho**

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29033/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6260/2022

**PROTOCOLO:** 2173134

**ÓRGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO:** VALTER VALENTIN PINTO

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO N. 55/2022

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-1136/2022 (peça 17, fls. 352-353), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a



análise do edital do **Pregão n. 55/2022** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, **a**, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29023/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/110/2023

**PROTOCOLO:** 2222787

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO:** JOSÉ MARCOS CALDERAN (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 57/2022

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-583/2023 (peça 15, fls. 454-455), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Presencial n. 57/2022** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, **a**, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28977/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1237/2023

**PROTOCOLO:** 2227723

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 4/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-602/2023 (peça 11, fls. 120-121), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 4/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, **a**, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29007/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1334/2023

**PROTOCOLO:** 2228098

**ÓRGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA



**INTERESSADO:** WALTER BENEDITO CARNEIRO JÚNIOR (PRESIDENTE NA ÉPOCA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 2/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-605/2023 (peça 25, fls. 132-133), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 2/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29030/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1353/2023  
**PROTOCOLO:** 2228191  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL  
**INTERESSADO:** JOSÉ PAULO PALEARI (PREFEITO)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 46/2022  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-606/2023 (peça 17, fls. 213-214), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 46/2022** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29010/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1395/2023  
**PROTOCOLO:** 2228353  
**ENTE:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO:** WALTER BENEDITO CARNEIRO JÚNIOR (PRESIDENTE NA ÉPOCA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-608/2023 (peça 20, fls. 639-640), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 5/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator



**DESPACHO DSP - G.FEK - 29024/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/1487/2023

**PROTOCOLO:** 2228780

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO:** JOSE MARCOS CALDERAN (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-611/2023 (peça 15, fls. 383-384), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Presencial n. 10/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29004/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2358/2023

**PROTOCOLO:** 2232382

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO:** ALAN AQUINO GUEDES DE MENDONCA (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 5/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-674/2023 (peça 17, fls. 268-269), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 5/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29034/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2421/2023

**PROTOCOLO:** 2232628

**ÓRGÃO:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

**INTERESSADO:** LUCAS CENTENARO FORONI (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 4/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-623/2023 (peça 19, fls. 118-119), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Presencial n. 4/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.



Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29028/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2489/2023  
**PROTOCOLO:** 2232822  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE MARACAJU  
**INTERESSADO:** JOSÉ MARCOS CALDERAN (PREFEITO MUNICIPAL)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO PRESENCIAL N. 5/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-624/2023 (peça 18, fls. 649-650), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Presencial n. 5/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28980/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2707/2023  
**PROTOCOLO:** 2233619  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 9/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-675/2023 (peça 14, fls. 147-148), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 9/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28982/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2724/2023  
**PROTOCOLO:** 2233658  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-627/2023 (peça 11, fls. 142-143), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a



análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 12/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29032/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2772/2023

**PROTOCOLO:** 2233825

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NOVA ALVORADA DO SUL

**INTERESSADO:** JOSÉ PAULO PALEARI (PREFEITO)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 9/2023

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-628/2023 (peça 13, fls. 215-216), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 9/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28984/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/280/2023

**PROTOCOLO:** 2223379

**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)

**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 97/2022

**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-598/2023 (peça 14, fls. 527-528), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 97/2022** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29013/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2855/2023

**PROTOCOLO:** 2234075

**ENTE:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA



**INTERESSADO:** RENATO MARCÍLIO DA SILVA (PRESIDENTE)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-678/2023 (peça 27, fls. 246-247), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 10/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28989/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2864/2023  
**PROTOCOLO:** 2234109  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-679/2023 (peça 11, fls. 201-202), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 10/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29015/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/2895/2023  
**PROTOCOLO:** 2234291  
**ÓRGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO:** RENATO MARCÍLIO DA SILVA (PRESIDENTE)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 9/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-680/2023 (peça 22, fls. 223-224), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 9/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator



**DESPACHO DSP - G.FEK - 29018/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3268/2023  
**PROCOLO:** 2235753  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JATEI  
**INTERESSADO:** ERALDO JORGE LEITE (PREFEITO)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-693/2023 (peça 16, fls. 397-398), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 16/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 28991/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/3343/2023  
**PROCOLO:** 2235991  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADA:** VANDA CRISTINA CAMILO (PREFEITA)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTROLE PRÉVIO – PREGÃO ELETRÔNICO N. 15/2023  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação registrada na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-694/2023 (peça 11, fls. 129-130), de que não houve manifestação técnica em razão dos critérios de urgência, oportunidade, materialidade, relevância e risco, e sugerindo que a análise do edital do **Pregão Eletrônico n. 15/2023** seja realizada quando da autuação do controle posterior, nos termos do art. 156 do Regimento Interno, determino o **arquivamento do controle prévio**, conforme as disposições do art. 11, V, a, e 152, II, do Regimento Interno.

À Gerência de Controle Institucional (GCI), para as devidas providências.

Campo Grande/MS, 09 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator

**DESPACHO DSP - G.FEK - 29226/2023**

**PROCESSO TC/MS:** TC/518/2022  
**PROCOLO:** 2148615  
**ENTE:** ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ELDORADO  
**INTERESSADO:** AGUINALDO DOS SANTOS (PREFEITO MUNICIPAL)  
**TIPO DE PROCESSO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 67/2021  
**RELATOR:** CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT

Diante da informação constante na Solicitação de Providências SOL-DFLCP-683/2023 (peça 6, fls. 12-14), de que o Contrato Administrativo n. 67/2021, firmado entre o Município de Eldorado e a empresa Comercial Mallone Ltda., no valor de R\$ **13.600,00** (treze mil e seiscentos reais), está abaixo do valor de remessa a este Tribunal, conforme os termos do art. 18, II, b, da Resolução TCE/MS n. 88, de 3 de outubro de 2018, determino o **arquivamento e extinção dos autos deste Processo TC/518/2022**, com fundamento nas regras dos arts. 4º, I, f, 1, e 11, V, a do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 10 de novembro de 2023.

**Conselheiro FLÁVIO KAYATT**  
Relator



**DIRETORIA DAS SESSÕES DOS COLEGIADOS**

**Pauta**

**Tribunal Pleno Virtual**

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO Nº 13 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA-FEIRA DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

**CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3973/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2162575

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** GUSTAVO DE ARRUDA CASTELO, REINALDO AZAMBUJA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2206/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1962525

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** ARION AISLAN DE SOUSA, JOSE GILBERTO GARCIA, LUIZ EDUARDO DE PAULA GONÇALVES, NORBERTO FABRI JUNIOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/4189/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2163034

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMAPUÃ

**INTERESSADO(S):** ANDRÉ LUIZ FERREIRA CONCEIÇÃO, MANOEL EUGENIO NERY

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2624/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2094603

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BONITO

**INTERESSADO(S):** LIVIA MARIA SILVA OLIVEIRA, ODILSON ARRUDA SOARES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/2546/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890569

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DEODAPOLIS

**INTERESSADO(S):** JEAN CARLOS SILVA GOMES, ROSINEIA GOMES DE ASSIS, VALDIR LUIZ SARTOR

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/3052/2021

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020

**PROTOCOLO:** 2095357

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JARDIM

**INTERESSADO(S):** GUILHERME ALVES MONTEIRO, JORGE CAFURE JUNIOR, MARCELLY FREITAS TRINDADE

**ADVOGADO(S):** GABRIELA CERVERA GUIMARÃES PEREIRA



**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/3854/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2098034  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOIS IRMAOS DO BURITI  
**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO SERAFIM DOS SANTOS, EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, MARCIO MOREIRA DO NASCIMENTO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/4184/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2163027  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** FRANCINE GNOATTO BASSO, JEFERSON LUIZ TOMAZONI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/5206/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2166926  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTES  
**INTERESSADO(S):** EDERVAN GUSTAVO SPOTTE, JAIR PEREIRA ALVES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/4763/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022  
**PROTOCOLO:** 2158405  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** RUI NUNES DA SILVA JUNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/5548/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1992660  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** EDSON PERES IBRAHIM  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/23501/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2021  
**PROTOCOLO:** 2123327  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** DENIZE PORTOLANN DE MOURA MARTINS  
**ADVOGADO(S):** ALEXSANDER NIEDACK ALVES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/29935/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 2005310  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/22152/2017  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2017



**PROTOCOLO:** 1846112  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** LUCIANA DE LIMA ALVES, ROBERTO TAVARES ALMEIDA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/16583/2022  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2019  
**PROTOCOLO:** 2209959  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** MARCELO AGUILAR IUNES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/07063/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1806503  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE LADARIO  
**INTERESSADO(S):** DANIEL BENZI, EMERSON VALLE PETZOLD, FABIO PEIXOTO DE ARAUJO GOMES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00014104/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/4120/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2162924  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** BRUNO WENDLING, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/3147/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2095614  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CARACOL  
**INTERESSADO(S):** IEDA MARIA MARRAN, MANOEL DOS SANTOS VIAIS, MARIZA LEITE IBANES, THAIZ LEITE DE ANDRADE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/1317/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 2012114  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO  
**INTERESSADO(S):** SÉRGIO DE PAULA  
**ADVOGADO(S):** NARA MANCUELHO DAUBIAN

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2584/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963578  
**ORGÃO:** FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DE EQUILÍBRIO FISCAL DO ESTADO  
**INTERESSADO(S):** GUARACI LUIZ FONTANA, LUIZ RENATO ADLER RALHO, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** JOÃO PAULO ROMERO FONTANA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/2259/2019



**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1962706

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE CAARAPÓ

**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIS NEZZI DE CARVALHO, IEDA MARIA MARRAN, MARIO VALERIO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2212/2019

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1962532

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVA ALVORADA DO SUL

**INTERESSADO(S):** ARLEI SILVA BARBOSA, JOSÉ PAULO PALEARI, PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/8029/2021

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2019

**PROTOCOLO:** 2117391

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO, FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA DE PARANHOS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANHOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE PARANHOS, FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS SOCIAIS DE PARANHOS, FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANHOS, FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA DE PARANHOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3414/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019

**PROTOCOLO:** 2030485

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

**INTERESSADO(S):** DERLEI JOÃO DELEVATTI, NELSON CINTRA RIBEIRO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00002972/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

TC/00005036/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2927/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2029013

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE IGUAATEMI

**INTERESSADO(S):** GIOVANA BUFFON ARCE, PATRICIA DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES, SUSANA TREVIZAN BUCIOLLI

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/2501/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890524

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** AUDREY DA SILVA MILAN CONTI, DÉLIA GODOY RAZUK, DENIZE PORTOLANN DE MOURA MARTINS, UPIRAN JORGE GONÇALVES DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4263/2022

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2022



**PROTOCOLO:** 2163247

**ORGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SIDROLÂNDIA

**INTERESSADO(S):** FABIO LUIS PEDROSO, MARLI PADILHA DE ÁVILA, NELIO SARAIVA PAIM FILHO, PAULO ROBERTO GOMES, ROBSON DE LIMA ARAUJO, VANILDA BORGES BARBOSA VIGANÓ

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4286/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019

**PROTOCOLO:** 2033002

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

**INTERESSADO(S):** CARLOS HUMBERTO PAGLIOSA, MANOEL DOS SANTOS VIAIS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00003201/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

TC/00009613/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3435/2022

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2160918

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JUTI

**INTERESSADO(S):** GILSON MARCOS DA CRUZ, ISABEL CRISTINA RODRIGUES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3510/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030754

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TACURU

**INTERESSADO(S):** ADRIANA MANCINI, CARLOS ALBERTO PELEGRINI, GRAZIANO DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/3065/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1893386

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE FÁTIMA DO SUL

**INTERESSADO(S):** DALVA QUIRINO DA SILVA MARTINS, ILDA SALGADO MACHADO, JOSEFA LINDACI FEITOSA DE OLIVEIRA, MARIA ODETE AMARAL

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/1451/2023

**ASSUNTO:** APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA 2023

**PROTOCOLO:** 2228664

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

**INTERESSADO(S):** EDERVAN GUSTAVO SPOTTE

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4465/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2022

**PROTOCOLO:** 2239101

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**



TC/00011263/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022  
TC/00006704/2022 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4507/2023

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022

**PROTOCOLO:** 2239179

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL MS

**INTERESSADO(S):** DANIEL DE BARBOSA INGOLD, REINALDO AZAMBUJA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/1860/2020

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2020

**PROTOCOLO:** 2023475

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, MARA NÚBIA SOARES PEREIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00007072/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00008166/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/1861/2020

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2020

**PROTOCOLO:** 2023478

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, MARA NÚBIA SOARES PEREIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00012309/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00013573/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00001531/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00001533/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2020

TC/00001536/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00001537/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00003054/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2020

TC/00003061/2020 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2020

TC/00005054/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00005645/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00005649/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00005650/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007740/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007745/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007749/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007751/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007754/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007763/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007766/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007769/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007773/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007777/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007787/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007788/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007790/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007791/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007797/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

TC/00007798/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019



TC/00007800/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007803/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007804/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007807/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007808/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007811/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007815/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00007817/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008086/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008747/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008751/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008752/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008756/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008760/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008761/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019  
TC/00008763/2019 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2019

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4577/2013  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2009  
**PROTOCOLO:** 1405662  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE, LIDIO LEDESMA, PAULO SERGIO DOS SANTOS SOUZA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/06905/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2016  
**PROTOCOLO:** 1805656  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ERONIVALDO DA SILVA VASCONCELOS JUNIOR, ILDA SALGADO MACHADO  
**ADVOGADO(S):** IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00015553/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00025321/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00000961/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2708/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963745  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDA  
**INTERESSADO(S):** FÁBIO SANTOS FLORENÇA, MARLENE DE MATOS BOSSAY  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006003/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00009176/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4284/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROTOCOLO:** 2033000  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA  
**ADVOGADO(S):** FERNANDO AMARILHA VARGAS DA ROSA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003208/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00007964/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT



**PROCESSO:** TC/2932/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1965375  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE  
**INTERESSADO(S):** VALDIR COUTO DE SOUZA JÚNIOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003011/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00008565/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2645/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963674  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE MIRANDA  
**INTERESSADO(S):** FÁBIO SANTOS FLORENÇA, MARLENE DE MATOS BOSSAY  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3445/2023  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2022  
**PROTOCOLO:** 2236561  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE ANAURILÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ADRIANO GONÇALVES DA SILVA, EDSON STEFANO TAKAZONO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4545/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1677853  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CAARAPÓ  
**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIS NEZZI DE CARVALHO, APARECIDO DOS SANTOS, DARIO RAMIRES, EDSON MONTANHERE BARATELLA, LUCIENE VIEIRA CAVALHEIRI, LUIZ DE ALMEIDA MIRANDA, MANOEL BATISTA DE SOUZA, MANOELITO FELIX DE OLIVEIRA, ODIRLEI LUIZ LONGO, ROBERTO SANCHES NAKAYAMA, SERGIO SACOMAM  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00012629/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00002471/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2466/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2094252  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBA  
**INTERESSADO(S):** EDMAR PIRES DA SILVA JUNIOR, NELO JOSÉ DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008181/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/2820/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2094952  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO  
**INTERESSADO(S):** PAULO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA, TIAGO GOMES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008274/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020



**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3400/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2096577  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO CARLOS VIDEIRA, REINALDO AZAMBUJA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3777/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2162078  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** ESTEFAN MARTINS LOPES, JULIANO FERRO BARROS DONATO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/3842/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2162381  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** CLÓVIS JOSÉ DO NASCIMENTO, LETÍCIA JANAÍNA NEVES MACHADO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/5179/2022  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021  
**PROTOCOLO:** 2166884  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ELDORADO  
**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS, VALDECIR ROBERTO SANTUSSI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/1885/2020/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022  
**PROTOCOLO:** 2196465  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDROLANDIA  
**INTERESSADO(S):** MARCELO DE ARAUJO ASCOLI  
**ADVOGADO(S):** LUIZ CLAUDIO NETO PALERMO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/11277/2020/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2022  
**PROTOCOLO:** 2216797  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI  
**INTERESSADO(S):** EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/117965/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1701153  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍBA  
**INTERESSADO(S):** JOSE SOUTO SILVA  
**ADVOGADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAUJO, IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00117965/2012/001/002 RECURSO 2021



**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/18848/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 2030868  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM  
**INTERESSADO(S):** ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/19569/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 1836764  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO  
**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4684/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2116407  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE RIO NEGRO  
**INTERESSADO(S):** ALDECI DE OLIVEIRA SILVA GAMA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/4684/2016/002  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 2118671  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE RIO NEGRO  
**INTERESSADO(S):** GILSON ANTONIO ROMANO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/10340/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2013  
**PROTOCOLO:** 2072391  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JUTI  
**INTERESSADO(S):** ISABEL CRISTINA RODRIGUES  
**ADVOGADO(S):** ISADORA GONÇALVES COIMBRA SOUTO DE ARAÚJO FOIZER  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005959/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/717/2020  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2012  
**PROTOCOLO:** 2016025  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTE E HABITAÇÃO DE CAMPO GRANDE/MS  
**INTERESSADO(S):** JOÃO ANTÔNIO DE MARCO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00021300/2012 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2012  
TC/00000773/2020 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 2012

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/5992/2017  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2011  
**PROTOCOLO:** 1800689



**ORGÃO:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BANDEIRANTES

**INTERESSADO(S):** MARIA ELIZA KREIN SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00095507/2011 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2010

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/760/2020

**ASSUNTO:** REVISÃO 2008

**PROTOCOLO:** 2016059

**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PUBLICAS DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** JOÃO ANTÔNIO DE MARCO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00006831/2008/001 RECURSO 2008

TC/00000764/2020 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS 2008

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/2128/2020

**ASSUNTO:** REVISÃO 2010

**PROTOCOLO:** 2025199

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** OSMAR AJALA DA COSTA

**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, LUCAS HENRIQUE DOS SANTOS CARDOS, MARINA BARBOSA MIRANDA, PERICLES GARCIA SANTOS

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00012748/2010/001 RECURSO 2010

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/6304/2020

**ASSUNTO:** REVISÃO 2014

**PROTOCOLO:** 2041409

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** CARLOS AUGUSTO DA SILVA

**ADVOGADO(S):** JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MARINA BARBOSA MIRANDA

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00010514/2014 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2014

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/7417/2020

**ASSUNTO:** REVISÃO 2017

**PROTOCOLO:** 2045012

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

**INTERESSADO(S):** CLEIDIMAR DA SILVA CAMARGO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00019025/2017 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2017

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/9019/2020

**ASSUNTO:** REVISÃO 2014

**PROTOCOLO:** 2050983

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** RODRIGO DE PAULA AQUINO

**ADVOGADO(S):** ALDIVINO ANTONIO DE SOUZA NETO, MARIA APARECIDA COUTINHO, ROBINSON FERNANDO ALVES, RODRIGO MARQUES MOREIRA, VLADIMIR ROSSI LOURENCO

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00019951/2014 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2013

**CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS**



**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/4556/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2015  
**PROTOCOLO:** 1678043  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** ANIZIO SOBRINHO DE ANDRADE, IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006532/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00012567/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015  
TC/00002154/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/4672/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1678111  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CASSILANDIA  
**INTERESSADO(S):** ARTHUR BARBOSA DE SOUZA FILHO, VALDECY PEREIRA DA COSTA, VALDECY PEREIRA DA COSTA, WESLEY FERREIRA DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI, KLEVERTON NERY DA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00013378/2015 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/6200/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1680663  
**ORGÃO:** CONSÓRCIO PUBLICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** EDIVAN PEREIRA DA COSTA, KLEBER GONÇALVES DESTRO, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA, PEDRO ARLEI CARAVINA, PEDRO ARLEI CARAVINA  
**ADVOGADO(S):** IVAN GABRIEL MEDEIROS DA SILVA

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/11402/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1701174  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** EVAIR GOMES NOGUEIRA, WALDELI DOS SANTOS ROSA, WALDELI DOS SANTOS ROSA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/06382/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1803182  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE INOCENCIA  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS, HELIO DE OLIVEIRA LIRA, JOSELI RITA PIRES MARIANO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/10527/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1806157  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** AILTON MARTINS DE AMORIM, AVERALDO BARBOSA DA COSTA, JULIANA MORELLIN REZENDE, LUANA GARCIA DUTRA DA COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00015769/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/07161/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2016  
**PROTOCOLO:** 1806827  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA, LUCIO ROBERTO CALIXTO COSTA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004551/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00013989/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00004559/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/1976/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1889224  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** ÁUREO DA SILVA VILELA, CLAUDIO FERREIRA DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00005897/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2635/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890658  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ  
**INTERESSADO(S):** DELANO DE OLIVEIRA HUBER, MANOEL EUGENIO NERY  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00024498/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00024836/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2501/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963401  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS  
**INTERESSADO(S):** CÉLIA REGINA FURTADO DOS SANTOS, DALMY CRISÓSTOMO DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2674/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963703  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** MARCELO LUIZ BRANDAO VILELA, MARCOS MARCELLO TRAD, SANDRO TRINDADE BENITES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2903/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1965227  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, SONIA SUELI SERAFIM DE SOUZA REINA MARTINS, VALTENIO DA SILVA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006131/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00006248/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3208/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030144  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE CORGUINHO  
**INTERESSADO(S):** ADALZIZO RIBEIRO PARAGUASSU, RENATA CANHETE  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008445/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3275/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030251  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** ANA ANDRADE DA CONCEICAO, MARIO ALBERTO KRUGER, REUS ANTONIO SABEDOTTI FORNARI, VALTER COSTA DE ALMEIDA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3613/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030939  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO CORREA RIEDEL, PEDRO ARLEI CARAVINA, REINALDO AZAMBUJA SILVA, SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/2638/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2094623  
**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ROCHEDO  
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE PAULA RIBEIRO JUNIOR, MARCOS LARREIA ALVES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3104/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2095545  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE SIDROLANDIA  
**INTERESSADO(S):** CARLOS HENRIQUE NOLASCO DE OLINDO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006137/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3675/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2097381  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADINA  
**INTERESSADO(S):** FRANCISCO DE ASSIS HONORATO RODRIGUES, KAIQUE FREIRE REIS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008442/2020 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS  
**PROCESSO:** TC/3958/2022



**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2021

**PROTOCOLO:** 2162558

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

**INTERESSADO(S):** AUD DE OLIVEIRA CHAVES, REINALDO AZAMBUJA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/1533/2018/002

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023

**PROTOCOLO:** 2260657

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM

**INTERESSADO(S):** ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO

**ADVOGADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRAO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, MEYRIVAN GOMES VIANA

#### **CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/2090/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1889471

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

**INTERESSADO(S):** ALAOR BERNARDES DA SILVA FILHO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00015315/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/3654/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2031033

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** BRUNO WENDLING

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/6540/2016

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015

**PROTOCOLO:** 1678203

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ

**INTERESSADO(S):** FATIMA DE LOURDES FERREIRA LIUTI, JOSE IZAURI DE MACEDO, LEANDRO PERES DE MATOS, LUIZ ALBERTO BATISTA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/2568/2018

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1890591

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, VERA HELENA ARSIOLI PINHO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/3313/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030300

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GLÓRIA DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES, MARIA CONCEICAO AMARAL LABOISSIER

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ



**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/19491/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 2024614  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2615/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890638  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, JOAO DONHA NUNES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/7361/2019/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2023  
**PROTOCOLO:** 2251383  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA RICA  
**INTERESSADO(S):** ADRIANA MAURA MASET TOBAL  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/6184/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2017  
**PROTOCOLO:** 1906935  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA, SILMARA DE SOUZA BRAGA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2642/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1890665  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008392/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00014132/2017 FISCALIZAÇÃO 2017  
TC/00015507/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00005109/2018 FISCALIZAÇÃO 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2714/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1892208  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** JAIR BONI COGO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00007215/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00014036/2017 FISCALIZAÇÃO 2017  
TC/00014131/2017 FISCALIZAÇÃO 2017  
TC/00015941/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/3653/2020



**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROTOCOLO:** 2031032  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ARISTEU PEREIRA NANTES  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003337/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00008427/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/07224/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2016  
**PROTOCOLO:** 1807961  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA  
**INTERESSADO(S):** VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004439/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00014795/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00005982/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/17035/2017/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2017  
**PROTOCOLO:** 2029879  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO  
**INTERESSADO(S):** VALDOMIRO BRISCHILIARI  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/8852/2021  
**ASSUNTO:** REVISÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 2120550  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE  
**INTERESSADO(S):** GERSON GARCIA SERPA  
**ADVOGADO(S):** BRUNO ROCHA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00006510/2015 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2014

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/06050/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2016  
**PROTOCOLO:** 1800964  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA  
**INTERESSADO(S):** JOSE GILBERTO GARCIA, ROBERTO HASHIOKA SOLER  
**ADVOGADO(S):** BRUNO ROCHA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008968/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00015129/2016 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016  
TC/00022466/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/2692/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1963721  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** ANIZIO SOBRINHO DE ANDRADE, IVAN DA CRUZ PEREIRA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004330/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018



TC/00008613/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/10738/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1998925  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SELVÍRIA  
**INTERESSADO(S):** JOSÉ FERNANDO BARBOSA DOS SANTOS  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00013598/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00007350/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/3634/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2019  
**PROTOCOLO:** 2031004  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE VICENTINA  
**INTERESSADO(S):** MARCOS BENEDETTI HERMENEGILDO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00007889/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019  
TC/00008311/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA  
**PROCESSO:** TC/13044/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1957534  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES  
**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL**

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/2900/2018  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2017  
**PROTOCOLO:** 1892605  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TACURU  
**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO PELEGRINI, PAULO SERGIO LOPES MELLO  
**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00015316/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017  
TC/00016671/2017 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3260/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1966989  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00004401/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018  
TC/00008485/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3744/2019  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GOVERNO 2018  
**PROTOCOLO:** 1970125



**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS

**INTERESSADO(S):** FRANCISCO PIROLI

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00003098/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

TC/00008447/2018 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3179/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030094

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, JULIANO FERRO BARROS DONATO, SÔNIA APARECIDA DIAS HENRIQUES GARÇÃO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3244/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030208

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUIRAI

**INTERESSADO(S):** LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELO BATISTA ROSA, RICARDO FAVARO NETO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3246/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030210

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE DO SUL

**INTERESSADO(S):** ADNEI ALVES PEREIRA, HUGO CARDOSO DOS SANTOS, MARCÍLIO ÁLVARO BENEDITO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3299/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030286

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATAYPORA

**INTERESSADO(S):** FRANCIELE DE SOUZA FIGUEIREDO CANTADORI, JORGE LUIZ TAKAHASHI, LETÍCIA RODRIGUES SANCHES, MARCELA LEITE MACEDO

**ADVOGADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3309/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030296

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** FABIO ZANATA, JOSE GILBERTO GARCIA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/3317/2020

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019

**PROTOCOLO:** 2030304

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE JAPORÃ

**INTERESSADO(S):** NIVALDO DIAS LIMA, PAULO CESAR FRANJOTTI, VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA, VERIDIANA BARBOSA DA SILVA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ



**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3342/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030346  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE IVINHEMA  
**INTERESSADO(S):** ADIMILSON LÚCIO DE OLIVEIRA, VALDEMAR ANGELO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00008432/2019 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3352/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030358  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE TAQUARUSSU  
**INTERESSADO(S):** LUCIANA DE LIMA ALVES, MARILZA NUNES DE ARAUJO NASCIMENTO, ROBERTO TAVARES ALMEIDA  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3566/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030847  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ELDORADO  
**INTERESSADO(S):** AGUINALDO DOS SANTOS, KARIN TAISE MATSUOCA, SILVIA LETICIA GONÇALVES PERIN  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3602/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030917  
**ORGÃO:** FUNDO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO/DEODAPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ADRIANO ARAUJO PIMENTEL, VALDIR LUIZ SARTOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/3624/2020  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2019  
**PROTOCOLO:** 2030969  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DE ANAURILÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ADRIANO GONÇALVES DA SILVA, EDSON STEFANO TAKAZONO  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/2534/2021  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2020  
**PROTOCOLO:** 2094405  
**ORGÃO:** FUNDO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO/DEODAPOLIS  
**INTERESSADO(S):** ADRIANO ARAUJO PIMENTEL, VALDIR LUIZ SARTOR  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL  
**PROCESSO:** TC/30200/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1988377  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES



**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/30254/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1988383

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/30272/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1988394

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/30224/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1995004

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/30495/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 2005315

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** DOUGLAS ROSA GOMES

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, LUCAS RESENDE PRESTES

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

**Conselheiro Jerson Domingos**  
Presidente

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 de novembro de 2023

**Alessandra Ximenes**  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe

**Primeira Câmara Virtual**

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 22 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA-FEIRA DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

**CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/9369/2019

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2019

**PROTOCOLO:** 1992608

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA

**INTERESSADO(S):** AGIL PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA, AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS, BRASMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, C.A. HOSPITALAR, DU BOM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS



MEDICO-HOSPITALAR LTDA, EDVALDO ALVES DE QUEIROZ, GEROLINA DA SILVA ALVES, HS MED COMÉRCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES, MED VITTA, ODONTOMED CANAA, OESTE MED, SOUZAMED  
**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/1454/2018

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1887081

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

**INTERESSADO(S):** DONATO LOPES DA SILVA, IBRAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DE APOIO A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, LUCAS CENTENARO FORONI, SIDNEY FORONI

**ADVOGADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, LUCAS RESENDE PRESTES

#### **CONSELHEIRO OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/4497/2023

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR 2023

**PROTOCOLO:** 2239161

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO

**INTERESSADO(S):** ADEMIR DE JESUS ARRUDA, FERNANDES TUR, LINCOLN SANCHES PELLICIONI, MIRIATO DA SILVA SANTOS, NILDO ALVES DE ALBRES, TRANSPORTADORA ASS, TUCA TRANSPORTES EIRELI - EPP, VILSON ZANQUETA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13109/2022

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / ADMINISTRATIVA 2022

**PROTOCOLO:** 2197909

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ANA CECILIA BRANDÃO DE CARVALHO SERVIÇOS MÉDICOS - ME, GFR CLÍNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, Hbfd SERVIÇOS MÉDICOS, JOÃO ABADIO DE OLIVEIRA NETO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/4927/2023

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2023

**PROTOCOLO:** 2240900

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** ELITE MAX AMBIENTAL, HANATIEL MOURA DOS SANTOS, MARCELA MIYADI MATSUDA, ROSELY LACERDA MIYADI, WLADEMIR DE SOUZA VOLK

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13527/2021

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / ADMINISTRATIVA 2021

**PROTOCOLO:** 2141087

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRAO

**INTERESSADO(S):** CLINICA AME, DAHAM SERVIÇOS MÉDICOS, DALMOLIN SERVICOS MEDICOS, FUTURA SERVIÇOS MÉDICOS, JUVENAL CONSOLARO, PAIVA SERVIICOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/16626/2022

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2022

**PROTOCOLO:** 2210093

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** KGINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, LEONARDO DIAS MARCELLO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ



## CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/1736/2019

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO ADMINISTRATIVO 2018

**PROTOCOLO:** 1960471

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, DONIZETE APARECIDO VIARO

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. LEANDRO LOBO RIBEIRO PIMENTEL

**PROCESSO:** TC/2363/2022

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2022

**PROTOCOLO:** 2156054

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

**INTERESSADO(S):** AVANCE CONSTRUTORA EIRELI, EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

**Conselheiro Flávio Kayatt**  
**Presidente da Primeira Câmara**

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 DE NOVENBRO DE 2023

**Alessandra Ximenes**  
**Diretoria das Sessões dos Colegiados**  
**Chefe**

### Segunda Câmara Virtual

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA SEGUNDA CÂMARA Nº 24 COM INÍCIO NA SEGUNDA-FEIRA DIA 20 DE NOVENBRO DE 2023 ÀS 8H E ENCERRAMENTO NA QUINTA -FEIRA DIA 23 DE NOVENBRO DE 2023 ÀS 11H, OU EM SESSÕES SUBSEQUENTES.**

## CONSELHEIRO MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/13391/2022

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2022

**PROTOCOLO:** 2198977

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ

**INTERESSADO(S):** ANDRE LUIS NEZZI DE CARVALHO, DIMENSÃO COMÉRCIO DE ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, LIDER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, MC PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES - EIRELI - ME, ORTIZ &

FELTRIM LTDA - ME, VINICIO DE FARIA E ANDRADE, VYP HOSPITALAR

**ADVOGADO(S):** RAFAEL MOTA MACUCO

## CONSELHEIRA SUBSTITUTA PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

**PROCESSO:** TC/5937/2018

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1906352

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

**INTERESSADO(S):** ALVARO NACKLE URT, MECÂNICA TRICOLOR

**ADVOGADO(S):** RUBIA VERA DE OLIVEIRA

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00005937/2018/001 RECURSO 2017

**RELATORA:** CONS.SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS



**PROCESSO:** TC/16658/2022

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2022

**PROTOCOLO:** 2210230

**ORGÃO:** FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DA SEJUSP DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** ANTONIO CARLOS VIDEIRA, COMERCIAL T & C LTDA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**CONSELHEIRO SUBSTITUTO CELIO LIMA DE OLIVEIRA**

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/10418/2017

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1817807

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CHAPADAO DO SUL

**INTERESSADO(S):** JOAO CARLOS KRUG, JOAO DONHA NUNES, MARA NÚBIA SOARES PEREIRA, VALÉRIA LOPES DOS SANTOS

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/2152/2020

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2020

**PROTOCOLO:** 2025252

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO

**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER, PINHEIRO DE LACERDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS.SUBS. CELIO LIMA DE OLIVEIRA

**PROCESSO:** TC/10078/2018

**ASSUNTO:** ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2018

**PROTOCOLO:** 1928793

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** ANGELO CHAVES GUERREIRO, COPY TEC, SOYLA CARLA ALVES GARCIA

**ADVOGADO(S):** NÃO HÁ

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

**Conselheiro Marcio Monteiro  
Presidente da Segunda Câmara**

Diretoria das Sessões dos Colegiados, 13 DE NOVEMBRO DE 2023

**Alessandra Ximenes  
Diretoria das Sessões dos Colegiados  
Chefe**

## ATOS DO PRESIDENTE

### Atos de Pessoal

### Portarias

**PORTARIA 'P' N.º 568/2023, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO JERSON DOMINGOS, no uso da competência conferida no art. 9º, IV, da Lei Complementar Estadual n.º 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o disposto no art. 20, XVII, "b", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCE/MS n.º 98, de 5 de dezembro de 2018;

**RESOLVE:**



Autorizar o usufruto de férias do Conselheiro Substituto **CÉLIO LIMA DE OLIVEIRA**, matrícula **10130**, no interstício de 08/01/2024 a 12/01/2024, referente ao período aquisitivo 2023/2024, com fulcro nas disposições do art. 31 da Resolução n.º 98, de 5 de dezembro de 2018.

Conselheiro **JERSON DOMINGOS**  
Presidente

### Atos de Gestão

### Extrato de Aviso de Dispensa Eletrônica

#### EXTRATO DO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2023 PROCESSO TC-CP/0811/2023

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **DISPENSA** sob a forma **ELETRÔNICA**, do tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL”**, **para aquisição de uma Tela Digital Interativa 4k 65” (Lousa Interativa) com acessórios e com suporte móvel, para atender a necessidade da Escola Superior de Controle Externo – ESCOEX**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, para atender a demanda do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, com autorização constante no processo **TC-CP/0811/2023**:

**1.1** Os trabalhos serão conduzidos pelo agente de contratação nomeado pela Portaria “P” nº 294/2023.

**1.2 Regência Legal.** O procedimento o será regido pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**1.3 Data, horário e local da realização.** A sessão de lances será realizada no dia **23 de novembro de 2023, das 08:00 horas às 14:00 horas (horário de Brasília/DF)**, no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**1.4** O instrumento convocatório completo poderá ser obtido no site do Tribunal de Contas, no endereço: <http://www.tce.ms.gov.br/transparencia/licitacoes> ou no Portal Nacional de Contratações Públicas, no endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/>.

Campo Grande/MS, 13 de novembro de 2023.

**Paulo Cezar Santos do Valle**  
Chefe da Gerência de Licitações e Contratos

